



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA

**SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES
DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
estudo de caso na comunidade rural do Sítio Bartolomeu
Cajazeiras – PB (2008 a 2018)**

**CAJAZEIRAS-PB
2018**

LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA

**SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES
DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
estudo de caso na comunidade rural do Sítio Bartolomeu
Cajazeiras – PB (2008 a 2018)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Formação de Professores – Campus Cajazeiras, em cumprimento às exigências para obtenção de nota na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.

CAJAZEIRAS - PB
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras – Paraíba

S729s Souza, Lucimar Ferreira de.
Significações e ressignificações da transposição do Rio São Francisco: estudo de caso na comunidade rural do Sítio Bartolomeu Cajazeiras - PB (2008 a 2018) / Lucimar Ferreira de Souza. - Cajazeiras, 2018.
64f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Transposição do Rio São Francisco. 2. Reassentamento. 3. Políticas públicas. 4. História da Paraíba I. Ceballos, Rodrigo. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 556.18

LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA

**SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES
DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
estudo de caso na comunidade rural do Sítio Bartolomeu
Cajazeiras – PB (2008 a 2018)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande – Centro de Formação de Professores – Campus Cajazeiras, em cumprimento às exigências para obtenção de nota na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos - UFCG
Orientador

Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos
Examinador

Prof. Dra. Mariana Moreira Neto
Examinador

Prof. Dra. Maria Lucinete Fortunato
Examinador Suplente

Dedico a conquista dessa pesquisa ao meu filho e ao meu esposo, por terem sido minha motivação nos dias difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que mesmo após muitos sacrifícios e obstáculos, me ajudou a ter forças de chegar até o fim dessa jornada.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Ceballos, meu mentor durante o desenvolvimento dessa pesquisa, por ter tido paciência com os meus atrasos e confiança na minha capacidade.

Aos colegas de curso que também enfrentaram essa jornada, os que se distanciaram e também os que se mantiveram presentes, tornando-se amigos pela vida.

Aos professores componentes da banca examinadora, por me darem o prazer de expor os resultados da minha pesquisa aos senhores e poder escutar os comentários, sem dúvida alguma, enriquecedores.

Ao meu filho, Victor Ryan, e ao meu marido, Joscerlanio, por serem a minha motivação diária na vida, meu incentivo para chegar até o fim em todos os momentos que pensei em desistir.

Aos meus pais por terem me dado apoio durante todo o percurso do curso.

A todos os que torceram, contribuíram ou acreditaram, sou grata.

RESUMO

O presente estudo foi constituído com base na análise do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, sua execução e os impactos causados pelas obras nas localidades onde houveram construções e onde já haviam moradores. Para tanto, foi escolhido como lócus de pesquisa a localidade do Sítio Bartolomeu, que teve maior parte do seu território utilizado para as obras da transposição e onde quase todas as famílias moradoras do local foram reassentadas em uma vila construída pela empresa que ficou responsável pela construção dos túneis e reservatório, porém, os recursos da vila também foram governamentais. A análise se faz importante para que seja avaliado o andamento das obras até o presente momento e se os impactos causados aos habitantes são equivalentes aos benefícios que trará.

Palavras chave: História da Paraíba; Políticas públicas, Transposição do Rio São Francisco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto do Túnel Cuncas II no Sítio Bartolomeu – Cajazeiras (PB).	24
Figura 2 - Foto do Reservatório Caiçara.	25
Figura 3 - Posto de Saúde da Vila Produtiva Rural do Sítio Bartolomeu.....	35
Figura 4 - Escola construída na Vila Produtiva Rural do Sítio Bartolomeu.....	36
Figura 5 - Casas construídas na Vila Produtiva Rural Bartolomeu.....	38
Figura 6 - Terreno de plantação de uma das casas de vila.....	39
Figura 7 - Cisterna de uma das residências da Vila.	39
Figura 8 - Fogão a lenha.	40
Figura 9 - Morador da antiga localidade do sítio Bartolomeu, com latas de transporte de água.	41
Figura 10 - Associação dos Moradores da Vila Produtiva Rural Bartolomeu.	42
Figura 13 - Rachaduras na estrutura da casa do Sr. João Targino.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	12
TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: ANÁLISE TEMPORAL	12
1.1 PROGRAMAS DE INTERVENÇÕES NO COMBATE ÀS SECAS	12
1.2 O PROJETO DA TRANSPOSIÇÃO	17
1.3 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS	20
CAPÍTULO II	23
AS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM CAJAZEIRAS (PB) E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A COMUNIDADE DO SÍTIO BARTOLOMEU	23
1.1 ESTADO ANTERIOR E CONSEQUÊNCIAS APÓS AS OBRAS DO RIO SÃO FRANCISCO NO SÍTIO BARTOLOMEU	26
CAPÍTULO III	35
A NOVA ROTINA DOS MORADORES E O FUNCIONAMENTO DA VILA PRODUTIVA RURAL BARTOLOMEU	35
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS
ANEXO A – ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS MORADORES DO SÍTIO BARTOLOMEU E DA VILA PRODUTIVA RURAL BARTOLOMEU
ANEXO B – TERMOS DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	Erro!
Indicador não definido.	

INTRODUÇÃO

O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco é de autoria do governo federal e foi nomeado como “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, iniciado em 2007.

O responsável por dirigir o projeto é o Ministério da Integração Nacional, objetivando construir mais de 700 quilômetros de canais de concreto que atravessarão quatro estados: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

O projeto ainda possuirá nove estações de bombeamento de água e cogita-se a possibilidade de ser estendido aos estados da Bahia, Sergipe e Piauí.

As obras realizadas no estado da Paraíba atravessaram ou atravessarão várias municípios, entre eles Cajazeiras, que possui entre seus distritos o Sítio Bartolomeu. Grande parte da área deste sítio foi utilizado para construir uma barragem de contenção de água, ou seja, um reservatório e um túnel de transmissão das águas da transposição.

Para que essas obras fossem realizadas, grandes modificações foram necessárias na localidade, entre elas a retirada de várias famílias que moravam no Sítio Bartolomeu e, posteriormente, foram reassentadas na nova Vila Produtiva Rural Bartolomeu, também edificada pelo projeto de transposição.

Diante desse contexto, essa pesquisa interessou-se em analisar as modificações que foram realizadas no Sítio Bartolomeu, os impactos existentes em razão das obras, a mudança da rotina das famílias que foram reassentadas e até que ponto esse acontecimento lhes beneficiou.

Assim, os objetivos a serem seguidos durante a produção desse estudo foram os de análise do projeto de transposição do Rio São Francisco e se a sua execução tem sido realizada de acordo com o planejado, bem como as consequências causadas nos territórios onde houveram obras.

Desse modo, o primeiro capítulo desse estudo analisou a história da transposição; desde os primeiros projetos que propunham o desvio das águas do Rio São Francisco para o Nordeste, até o início da execução das obras.

O segundo capítulo trata sobre a estrutura do Sítio Bartolomeu antes das obras e a rotina das famílias do local, qual o projeto que lhes foi apresentado para explicar a necessidade e o processo que aconteceria com a comunidade durante as obras, e como as mesmas foram iniciadas.

No último capítulo analisa-se os efeitos da obra na comunidade do Sítio Bartolomeu de acordo com a perspectiva dos próprios moradores do local, percebendo o que mudou em suas rotinas, na estrutura física da comunidade, recursos disponíveis e se eles consideram esses efeitos positivos ou não.

A importância dessa pesquisa repousa na necessidade de serem esclarecidos pontos controversos sobre os efeitos das obras da transposição na vida de sujeitos que residiam nas localidades por onde as obras passaram. Como toda grande mudança, há impactos positivos e negativos, que podem ser apontados, em riqueza de detalhes, por quem os vivenciou.

Por fim, essa pesquisa foi concluída analisando todos os depoimentos colhidos, mas também a percepção da pesquisadora sobre as características observadas, haja vista que um dos motivos que despertou o interesse sobre o tema foi a proximidade com a sua própria realidade. Por hora, os impactos negativos não são perceptíveis, com poucas exceções, havendo, entretanto, o consenso de todos os moradores de que os efeitos positivos se sobrepõem.

CAPÍTULO I

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: ANÁLISE TEMPORAL

A notícia da transposição das águas do rio São Francisco para as comunidades que sofrem com a seca despertou na população novas esperanças de tempos melhores. Essa perspectiva positiva de não mais sofrer com a incerteza das chuvas e a perda das plantações animou principalmente aqueles que vivem da agricultura ou criação de animais, e que viam nessa ação a garantia de terem água sempre que precisarem, garantindo seu sustento e a própria sobrevivência de suas necessidades.

Entretanto, os diversos aspectos que envolvem uma obra de tamanha magnitude faz com que sua concretização seja um processo complexo e com muitos obstáculos, os quais serão analisados nesse primeiro capítulo.

1.1 PROGRAMAS DE INTERVENÇÕES NO COMBATE ÀS SECAS

A população nordestina do Brasil sofre ao longo do tempo com o fenômeno natural da seca. Estiagens prolongadas incidem negativamente nas condições de vida em diferentes conjunturas sociais desde os grandes produtores de cereais até os agricultores de pequeno porte; e esses são ainda mais prejudicados por viverem da agricultura familiar. A ausência de água impossibilita o desenvolvimento dos grãos que, por sua vez, não chegam às mesas dos agricultores. E quanto mais prolongado o período de estiagem, a situação piora porque em colheitas fracas, os agricultores são obrigados a comprar os alimentos nos mercados que elevam o preço.

Essa situação desencadeia outro problema na vida dos agricultores, que é a necessidade de realizar empréstimos bancários para custear suas necessidades e investir em novas safras com a esperança de que terão água para irrigá-la.

Por esses motivos, desde os tempos do Império brasileiro vem sendo adotadas algumas medidas políticas na tentativa de minimizar os efeitos da seca na região nordeste. A professora doutora e coordenadora do Centro de Estudos de Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPUBLIC), Claudia Souza Passador, juntamente com o professor doutor João Luiz Passador, ambos formados pela

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEA – RP/USP, nos apresenta um quadro cronológico de alguns programas de intervenções em combate as secas que facilita a análise das ações governamentais em prol de diminuir os efeitos da seca na vida dos agricultores.

Tabela 1 – Programas de Governo

Seca	Programas e Instituições:
1877-1879	O Império instituiu uma Comissão Imperial para estudar a abertura de um canal comunicando as águas do rio Jaguaribe com as do rio São Francisco, porém não foi concretizado e a prioridade foi dada à construção de açudes e poços tubulares. Em 1904, foram criadas várias comissões: “Açudes e Irrigação”, “Estudos e Obras contra os efeitos das Secas” e de “Perfuração de Poços”. Em 1909, foi instituída a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), a qual foi transformada em 1919 em Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).
1945	O IFOCS foi renomeado como Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Em 1948 foi criada a Comissão do Vale do São Francisco, concebida para criar novo método de gestão de combate às estiagens.
1951	O Banco do Nordeste foi criado em 1952 para apoiar financeiramente os municípios que faziam parte do Polígono das Secas. Em 1956 foi criado o Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para realizar estudos socioeconômicos para o desenvolvimento do Nordeste.
1959	Neste ano foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), tendo Celso Furtado como diretor e encarregado de lutar pela aprovação da SUDENE no Congresso Nacional. Neste ano a SUDENE foi instituída.
1970	Os programas de desenvolvimento regional passaram a impulsionar a agricultura irrigada no país. Os principais

	<p>foram: Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA,1971), incorporados ao I Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND) e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE, 1972) e o Programa de Desenvolvimento de Terras Integradas do Nordeste-Polonordeste (1974), incorporados ao II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND).</p>
1976	<p>Foi criado o Projeto Sertanejo que visava tornar a economia mais resistente aos efeitos da seca pela associação entre agricultura irrigada e seca, possuindo outras formas de abastecimento de água para manter as plantações nos períodos de estiagem.</p>
1979-1983	<p>Em 1979 foi implementado o Programa de Recursos Hídricos do Nordeste (Prohidro) através de acordo de cooperação com o Banco Mundial para aumentar a oferta de recursos hídricos por meio da construção de açudes públicos e privados e perfuração de poços. Mais tarde o programa foi renomeado para “Pró-água”.</p> <p>Em 1978 foi criada a Política Nacional de Irrigação que enfatizava a função social da irrigação, destacando no caso nordestino o combate à pobreza e a resistência à seca.</p> <p>Em 1981 foi criado o Programa PROVÁRZEAS, a cargo da EMATER para prestar assistência ao pequeno agricultor.</p> <p>Em 1984 houve um acordo entre o MI – Ministério da Integração, e BIRD para admitir a implantação de médias empresas nos projetos de irrigação, podendo ocupar até 50% dos perímetros.</p>
1987	<p>O Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE, 1986) foi estendido para Programa Nacional de Irrigação (PRONI,</p>

	1986). O Projeto Nordeste I englobou seis programas. Vingou apenas o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) do Semiárido.
1990 - 1993	<p>O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou o Mapa da Fome no Brasil (1993). Devido à pressão popular (Movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria e pela Vida) foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que coordenou o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA, 1993). Este programa originou o programa Bolsa Renda em 2001 e o Bolsa Família em 2004. Nos anos 90 iniciaram-se os debates sobre os projetos de assentamento de pequenos produtores <i>versus</i> a participação do produtor empresário.</p> <p>Em 1997 foi constituído o modelo de Irrigação com lotes familiares para projetos de assentamentos e projetos públicos de irrigação totalmente ocupados por empresas.</p>
1998	<p>Criação do Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca, coordenado pela SUDENE, para ajudar aos atingidos pela seca.</p> <p>Em 1998, o Tribunal de Contas da União (TCU) passou a publicar os resultados das auditorias de programas sociais. Dentre outros, foram auditados o Programa Nordeste I (DNOCS e CODEVASF), Pró-água (DNOCS e SUDENE) e o Programa de Dessalinização “Água Boa”. Para evitar a desarticulação dos projetos públicos de irrigação, em dezembro de 1999 a SUDENE, SUDAM, DNOCS e CODEVASF foram vinculados ao Ministério da Integração (criado em setembro de 1999).</p> <p>Em julho de 1999 foi elaborado pelo Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, o Manual para Decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública.</p>

2001- 2006	<p>Criação do P1MC – Um Milhão de Cisternas Rurais dentro do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ONG ASA - a Articulação do Semiárido, criada em 1999. O P1MC passa a ser Política Pública do Governo Federal, ao ser firmado o Termo de Parceria nº. 001/2003 com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Devido às denúncias de corrupção divulgadas pelo TCU, a SUDENE foi extinta em maio de 2001, tendo sido renomeada para Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE em junho de 2004.</p> <p>Até 2006, foram construídas mais de 162 mil cisternas, mobilizando cerca de 178 mil famílias em 1001 municípios</p>
---------------	---

Fonte: PASSADOR; PASSADOR (2010, p.71).

Na perspectiva dos autores, a trajetória das intervenções públicas em combate às secas podem ser divididas em três períodos com características distintas. O primeiro período refere-se ao século XX até os anos de 1940. Neste período investiu-se em infraestrutura hidráulica priorizando a construção de grandes obras de açudagem e perfurações de poços artesianos.

O segundo período vai do final da década de 1950 até a década de 1970. A atenção política deixou de lado os projetos antisseca e optou pelo aproveitamento dos recursos hídricos, um tipo de desenvolvimento planejado. E, para isso, foram criados alguns órgão públicos para cumprir a finalidade de apoiar os municípios atingidos, como o Banco do Nordeste. Criaram também programas de desenvolvimento regional para impulsionar a agricultura irrigada no país.

O terceiro período que se inicia a partir de 1970 foi marcado pela implantação de vários programas institucionais, tais como: Proterra (1971), Provale (1972), Polonordeste (1974), Projeto Sertanejo (1976) e Prohidro (1979), entre outros, no sentido de apoiar financeiramente a população atingida pela seca.

Mesmo sendo implantadas inúmeras políticas públicas no decorrer da história do Nordeste, nem todas foram executadas. O que se pode observar é que à medida que se alternavam os partidos políticos, essas alternativas de combate a seca se tornavam incompletas, interrompendo ou implantando outros projetos que foram se

desintegrando com os interesses políticos, deixando a população a mercê de sua própria sorte.

1.20 PROJETO DA TRANSPOSIÇÃO

Assim como a seca é um problema secular da região Nordeste do Brasil, um projeto contra a seca em especial também permanece há séculos. Trata-se de uma das ações políticas mais polêmicas: a transposição das águas do Rio São Francisco.

Na tabela I, apresentada anteriormente, podemos perceber que ainda no século XIX, durante o governo de Dom Pedro II, já se falava em transpor as águas do Rio São Francisco. Nesse período, uma comissão imperial foi instituída para avaliar a possibilidade de um canal comunicando as águas do rio Jaguaribe com as do rio São Francisco, não tendo sido concretizado em razão da necessidade de medidas rápidas, e priorizando-se a construção de açudes e barragens (PEREIRA, 1994).

Autores como Coelho (2005) e Pereira (1994), ressaltam o histórico do projeto da transposição das águas do Rio São Francisco. Na perspectiva desses autores, em 1847 o projeto foi defendido pelo Dr. Marco Antônio de Macedo, que na época era Deputado Provincial e Intendente da Comarca do Crato, representante da província do Ceará. Essa primeira manifestação deu a ideia de integrar a bacia hidrográfica do Nordeste por meio de uma transposição. Ela sugeria, segundo Azevedo (2008, p. 49): “a implantação de um canal para ligar o rio São Francisco ao rio Jaguaribe, a partir do Lago da Vila de Boa Vista, próximo à atual Cabrobó (CE)”.

Na perspectiva de Azevedo (2008), somente entre 1852 e 1854 foi concluída a viabilização técnica da proposta, após Dom Pedro II ter organizado uma comissão científica para exploração da região Nordeste, chefiada pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Este, por sua vez, viabilizou a proposta depois de realizar um levantamento detalhado do curso do rio após as corredeiras de Sobradinho. No entanto, o estudo apesar de concluído, foi arquivado, provavelmente por falta de recursos tecnológicos para dar andamento a uma obra tão grandiosa.

Durante a República brasileira, a possível transposição do Rio São Francisco continuou a fazer parte dos debates políticos. Foi cogitada em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, mas um projeto mais consistente veio a surgir durante o governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, após uma das maiores estiagens no

Nordeste (1979-1983). Segundo Azevedo (2008), só em 1972 foi apresentada a Câmara Federal, pelo Deputado Federal Wilson Roriz, do Ceará, o projeto de lei para levar ao Rio Jaguaribe as águas do São Francisco por meio de bombeamentos, constituindo a gênese que temos da atual concepção do projeto de integração do Rio São Francisco. Porém, apenas nove anos depois, em 1981, se iniciaram os estudos técnicos sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Nacionais Contra Seca (DNOCS), viabilizando a transposição por meio de bombeamentos de água do Rio São Francisco para as bacias dos Rios Jaguaribe (Céara), Piranhas (Paraíba) e Apodi (Rio Grande do Norte). Contudo, a tentativa permaneceu no papel por mais de uma década.

Diante dos efeitos de outra grande seca, em 1993, a Fundação Tancredo Neves promoveu os Encontros de Sousa - PB e de Fortaleza – CE. Dessas ocasiões resultou a elaboração da “Carta de Fortaleza”, que de acordo com Vale (2006, p. 57) está ressaltada,

a importância da transposição das águas do rio São Francisco para irrigação das áreas que apresentem condições técnico-econômicas na região semi-árida nordestina, nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, assim como para o abastecimento de água de suas populações e rebanho.

Esse documento foi entregue ao então presidente Itamar Franco que, em parceria com o Ministro da Integração Nacional, Aluizio Alves, no ano de 1994 determinou a elaboração de um projeto básico de engenharia das obras. Esse projeto, segundo Castro (2011, p.11), propunha:

a construção de um canal em Cabrobó (Pernambuco) com o objetivo de retirar até 150 m³ de água do Rio São Francisco para beneficiar os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Em 1994, foi anunciada a intenção de dar início à execução desse projeto, mas um parecer do Tribunal de Contas da União contrário à ideia resultou mais uma vez no arquivamento do projeto.

Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em uma das secas mais abrangentes (de 1997 a 1999), o projeto de Aluizio Alves foi redesenhado. Agora incluíram duas transposições para levar água, com capacidade

de transferência de 127 m³/s de águas do Rio São Francisco para a região, seguidos por dois grandes eixos: Eixo Norte e Eixo Leste:

O Eixo Norte começa a captação no reservatório de Sobradinho e a montante da Ilha Assunção, próximo a Cabrobró em Pernambuco. Percorre basicamente Pernambuco, passa por Salgueiro e termina em Jati, no Ceará. (...) O Eixo Leste, tem início no reservatório de Itaparica, no Rio São Francisco, e vai até o rio Molungú, próximo à cidade de Monteiro, na Paraíba. Tem como objetivo estender as demandas das bacias do rio Paraíba, na Paraíba, e atender também os rios Moxotó e Ipojuca, em Pernambuco, a partir de derivações no reservatório Copiti, a montante do açude público Poço da Cruz (VIANA, 2005, p. 85).

Essa versão do projeto de Integração das Águas do Rio São Francisco permanece ainda no atual projeto, que está em execução, beneficiando quatro estados brasileiros: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

O projeto de transpor as águas do Rio São Francisco já havia passado por tantos debates na história popular regional do Nordeste e nos gabinetes de governos federais e estaduais, que já não se acreditava na inicialização da obra. Já estava-se ganhando a condição de “mito” quando Luiz Inácio Lula da Silva, recém eleito presidente da República em 2003, anunciou que essa seria sua obra de batismo como a primeira grande obra de infraestrutura hídrica em prol do crescimento do país, mais necessariamente do semiárido nordestino brasileiro. A autora Juliana Neves Barros (2014) ressalta que no mesmo ano o presidente Lula determinou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, com o objetivo de analisar as propostas já existentes, em especial a mais recente do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), e apontar possibilidades de viabilizar o projeto.

Esse grupo foi composto por representantes de diversos ministérios. Ainda na perspectiva de Barros (2014), em virtude da necessidade de viabilizar burocraticamente, institucionalmente e tecnicamente a obra, foi elaborado o EIA/RIMA (Relatório de Impacto Ambiental): um documento que traz as conclusões de diversos estudos que propõem o cumprimento das exigências da Constituição Federal e da Política Nacional de Meio Ambiente. O EIA/RIMA fez um levantamento dos impactos positivos e negativos da obra e as possibilidades de soluções para os problemas detectados (esses aspectos serão apresentados no capítulo seguinte) e oficializou a viabilidade do projeto de Transposição.

No ano de 2004, o projeto ganhou o nome de Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), nome do qual essa pesquisa abordará a partir deste momento. Agora com total responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MIN), o projeto foi assumido inicialmente por Ciro Gomes, um político cearense que sempre defendeu fervorosamente a proposta.

1.3 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

As novas fases do Projeto de Integração do Rio São Francisco assegurariam a oferta de água até o ano de 2025, com custo aproximado de 20 bilhões de reais e com a intenção de beneficiar 12 milhões de habitantes residentes nos quatro estados nordestinos: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Porém, vale salientar que esse custo foi o previsto inicialmente. Atualmente, o investimento já ultrapassou o programado. No ano de 2005 o projeto finalmente foi aprovado pelo Conselho de Recursos Hídricos, apesar da resistência do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, e iniciou as obras em algumas regiões.

Trata-se de um empreendimento político federal que gerou grandes discussões. Entretanto, quando se analisava a finalidade de levar água para as regiões que sofriam com a seca, o projeto teve muitos apoios e despertou, pelo menos, reflexão naqueles que antes eram contra as obras.

As argumentações são variadas. Em um dos polos, os ambientalistas que criticam o projeto afirmam que as consequências advindas dessa obra e refletidas no meio ambiente são severas. Em contrapartida, políticos e economistas envolvidos asseguram que a transposição é a única solução para o desenvolvimento da região Nordeste.

De acordo com esses políticos e economistas, a realização da obra será uma fonte de desenvolvimento econômico e hídrico da região Nordeste. Fernando Ferreira (2009), por exemplo, afirma que o principal beneficiário será a população nordestina, além dos animais e plantações que usufruirão da água. O autor ainda ressalta que a transposição será a única solução para o desenvolvimento econômico da região, evitando as migrações de nordestino para as grandes cidades. Ainda na perspectiva deste autor: “A grande maioria da população envolvida é a favor de que se leve água para o sertão do Nordeste” (FERREIRA, 2009, p. 02).

Entre os assuntos postos em discussão para defender os motivos pelos quais a transposição das águas do Rio São Francisco não deveria ser realizada, aponta-se a produção de energia do Nordeste realizada pelas hidrelétricas que estão localizadas no Rio São Francisco, em que qualquer retirada de água prejudicaria a produção.

A defesa apresentada em detrimento da obra e para desacreditar o motivo anteriormente citado é que a queda da produção é irrelevante, pois o volume que passará pela transposição equivale ao mesmo que costuma evaporar em alguns locais, nos períodos de cheia. Além disso, lembra-se ainda os episódios em que foi necessário abrir as comportas em razão do volume do alto volume do rio, que necessitava ser esvaziado para evitar que transbordasse.

Sobre o impacto ambiental, um dos pontos é a degradação das águas do Rio São Francisco, que já acontece há 500 anos, estando a água poluída em diversos trechos. Os idealizadores do projeto afirmam que os pontos de captação têm água de excelente qualidade. O Ibama afirma que os benefícios da obra superam qualquer impacto ambiental negativo. Mesmo assim, não se pode ignorar os estudos que demonstram a transferência de águas poluídas até alguns açudes, contaminando-os também.

Além disso, críticos ambientalistas também afirmam que alterar o curso de um rio trará danos irreversíveis ao meio ambiente. O autor e ambientalista João Suassuna (2009, p. 3) ressalta este ponto de vista:

Na nossa ótica, um projeto dessa magnitude, a caatinga deveria ser conhecida em sua plenitude, antes mesmo do início do acionamento das motosserras, sob pena de não haver tempo hábil de se conhecer a biodiversidade do Bioma em questão. O fato é que a caatinga nordestina está virando cinza antes mesmo das tentativas de se conhecê-la. Diante das agressões realizadas, entendemos que está se cometendo um erro imperdoável, de proporções incomensuráveis, e que precisa ser interrompido a todo custo, em benefício da vida no Semiárido.

Mesmo com as opiniões contrárias, o anúncio do início das obras foi festejado por moradores locais, políticos, radialistas e outros setores, inclusive os dos agricultores que tiveram em grande parte a oportunidade de se empregar nas firmas e consórcios responsáveis pelas obras e, ainda, por aqueles que alimentaram a esperança de ter água ao alcance das comunidades.

Os impactos gerados pelo início das obras da transposição do rio São Francisco são inúmeros, desde o início das construções e, de acordo com alguns pesquisadores sobre assunto, até mesmo após a execução do projeto. No entanto, considera-se que o alvo maior de todos os impactos são os agricultores, de vida simples, que conheciam o projeto da transposição apenas através dos meios de comunicação e que tiveram suas casas e terras indenizadas. Esse é um dos principais impactos que deve ser analisado.

Além disso, o andamento das obras e se elas estão acontecendo da forma prevista também devem ser levados em consideração. Por isso, é neste contexto de um cenário em transformação que divulgamos nesta pesquisa a opinião de alguns agricultores que residiam em uma das localidades onde as obras da transposição aconteceram.

Desse modo, no próximo capítulo conheceremos o Sítio Bartolomeu, localizado na zona rural do município de Cajazeiras, na Paraíba. Trata-se de uma comunidade que com o início das obras da Integração do Rio São Francisco teve 99% de terras e casas indenizadas. Esses agricultores receberam novas casas na Vila Produtiva Rural Bartolomeu, mas tudo isso envolveu um processo demorado que explicaremos a seguir.

CAPÍTULO II

AS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM CAJAZEIRAS (PB) E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A COMUNIDADE DO SÍTIO BARTOLOMEU

A cidade de Cajazeiras, localizada no alto sertão paraibano, recebeu as obras da Integração do Rio São Francisco a partir do ano de 2008 e até hoje ainda não encontram-se totalmente concluídas. No trecho em estudo, foram terminadas a construção do Túnel Cuncas II e da Barragem de Caiçara, restando ainda as partes de canais de concreto para serem finalizadas. Dentre as comunidades rurais pertencentes ao município de Cajazeiras (PB), a que foi mais atingida com as obras foi o Sítio Bartolomeu, que teve muitas terras, várias com casas de agricultores, desapropriadas e indenizadas.

De acordo com o cadastramento fundiário, no município de Cajazeiras (PB) foram indenizados 47 imóveis, com área atingida de 2,95 km², chegando a alcançar 0,50% do município. A média geral das propriedades e benfeitorias das áreas afetadas neste município foi avaliada em R\$ 799.789,14.

Antes de apresentar a comunidade do Sítio Bartolomeu, vamos conhecer essas duas obras pertencentes ao Projeto de Integração do Rio São Francisco: o Túnel Cuncas II e a Barragem Caiçara, assim como o percurso que a água irá fazer após liberadas para o trecho.

O Túnel Cuncas II foi denominado de “Túnel Engenheiro Adalberto Nogueira Pessoa” pela lei N.º 5.377, vigorada em 24 de maio de 2016 pelo deputado Wilson Filho.

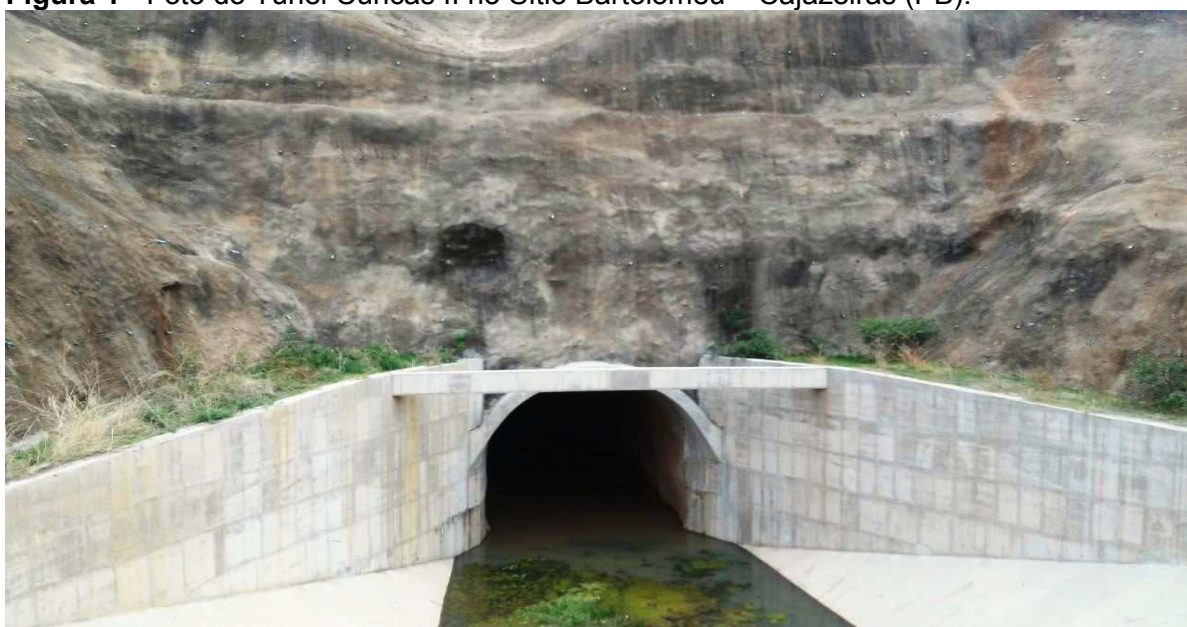
A indicação pelo nome é uma homenagem a um dos mais fervorosos defensores do PIRS, Adalberto Nogueira Pessoa. Este matemático e engenheiro era cearense, e veio para Cajazeiras em 1980 a trabalho e com objetivo de contribuir com o desenvolvimento da região.

Seguindo essa perspectiva, Nogueira Pessoa se dedicou a área de urbanismo e paisagismo, desenvolvendo serviços ao município de Cajazeiras em prol da melhoria do meio ambiente e das condições de vida de sua população, em especial na implantação de áreas verdes na cidade, além dos três projetos de sua autoria que o próprio engenheiro citava como importantes, como a recuperação da Praça

Cardeal Arcoverde e a arborização da Praça do Terminal Rodoviário, em Cajazeiras, e a Praça do Centenário, em Pombal. Além dos projetos de planejamento rural para a organização das propriedades do município de Cajazeiras que havia elaborado e que ainda buscava implantação.

Com quatro quilômetros de extensão, o túnel Cuncas II será responsável por interligar as águas do rio São Francisco entre São José de Piranhas e Cajazeiras, ambos municípios da Paraíba. O trecho tem início no Distrito de Boa Vista, município de São José de Piranhas, e término no Sítio Bartolomeu, no município de Cajazeiras.

Figura 1 - Foto do Túnel Cuncas II no Sítio Bartolomeu – Cajazeiras (PB).



Fonte: Autora (2018).

O autor Cláudio Dias Barbosa Gonçalves, juntamente com Cidoval Moraes (2015, p. 03), nos explica o percurso das águas do Rio São Francisco em São José de Piranhas até o desemboque do túnel Cuncas II:

O município de São José de Piranhas-PB servirá de bacia receptora das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, pois seu território receberá as águas do rio São Francisco através de um túnel, denominado Túnel Cuncas I, com uma extensão de 17 km, terá o início de sua perfuração no município de Mauriti (CE) e seu desemboque na Serra do Gonçalo, município de São José de Piranhas-PB.

O túnel Cuncas I é considerado o maior túnel da América Latina e atualmente está concluído, possuindo uma extensão de 15 quilômetros, que parte do município de Mauriti, no estado do Ceará, até o município de São José de Piranhas, na Paraíba. Em relação ao percurso das águas do PIRS do túnel Cuncas I até o túnel Cuncas II, os autores Gonçalves e Morais (2015, p.03) nos explicam:

Após o desemboque suas águas serão lançadas no Açude Morros, a ser construído, com capacidade de 5,00 (hm³) e um perímetro de 0,91 km². Do Reservatório Morros as águas seguem em canais abertos até o rio Tamanduá, afluente do rio Piranhas, local da construção do reservatório Boa Vista, com capacidade de volume de 230,00 (mm³) e um perímetro de 11,76 km². Desse reservatório a água será canalizada através do túnel Cuncas II, ao Reservatório Caiçara, com volume de 4,69 (mm³) e um perímetro poligonal de 1,04 km².

O Reservatório Caiçara, que leva o nome de uma das comunidades que também foi atingida pelas obras, também está localizado no Sítio Bartolomeu. O que se pode falar atualmente dos reservatórios é que mesmo ainda não estando recebendo águas do Rio São Francisco, já é de grande utilidade para a população humana e animal, devido ao acúmulo das águas das chuvas e a capacidade de grande armazenamento, estando em andamento projetos que possibilitem o abastecimento de algumas cidades através dos próprios reservatórios. A própria Vila Produtiva Rural Bartolomeu é atualmente abastecida pelas águas dessa barragem.

Figura 2 - Foto do Reservatório Caiçara.



Fonte: Autora (2018).

Do reservatório Caiçara as águas seguirão através de canais de concreto para o açude de Engenheiro Ávidos, um reservatório já existente, com capacidade de 255 milhões de m³ de água, e que hoje é utilizado para o abastecimento humano de várias cidades do sertão paraibano. No entanto, as obras referentes a construção do canal de concreto ainda não foram iniciadas.

1.1 ESTADO ANTERIOR E CONSEQUÊNCIAS APÓS AS OBRAS DO RIO SÃO FRANCISCO NO SÍTIO BARTOLOMEU

O Sítio Bartolomeu é uma comunidade rural que está localizada a 24 km do município ao qual pertence (Cajazeiras - PB). Antes de ser atingido pelas obras do Túnel Cuncas II e a Barragem Caiçara, do Projeto de Integração do Rio São Francisco, contava com 27 residências e aproximadamente 122 habitantes. Esta foi a única comunidade do município de Cajazeiras onde, além da sua área territorial, várias casas foram indenizadas. Desde o ano de 2008, quando foram iniciadas as obras, a localidade vem sendo receptora de constantes transformações, tendo em vista os diversos moradores que receberam indenizações e tiveram que se deslocar para locais provisórios até a conclusão da construção da Vila Produtiva Rural, construída próximo a onde residiam, cerca de 1,5 km de distância.

Este foi um processo lento, com duração de 09 anos desde a realização dos cadastros, até serem reassentados na sua nova comunidade e moradias, as quais analisaremos a seguir.

A primeira etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco no Sítio Bartolomeu aconteceu em 2008. Primeiramente foram feitos os pré-cadastros das famílias que residiam nas áreas da construção do Túnel e da Barragem e em seguida iniciaram os processos indenizatórios.

Para organizar como funcionariam as etapas do transcurso indenizatório de terras e casas, o Ministério da Integração Nacional criou ações que serviram de subsídios e auxiliaram os afetados pelas obras. O Projeto de Integração do Rio São Francisco destinou mais de R\$ 1 bilhão do seu orçamento global para esses programas ambientais.

No geral, são 38 programas sócios ambientais. Dentre elas, iremos destacar uma dessas ações, sendo ela o Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (Programa Básico Ambiental - PBA 07), criado em 2005 com a finalidade de fornecer

o acompanhamento necessário do processo indenizatório “para garantir o sucesso de sua implementação com o justo atendimento aos direitos dos proprietários de terras e/ou benfeitorias passíveis de indenização localizados na faixa a ser desapropriada” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Os objetivos específicos do PBA-07 foram:

- Informar aos expropriados sobre os seus direitos e obrigações;
- Garantir preços justos nas avaliações e indenizações, para que as famílias afetadas não sofram perdas patrimoniais e de qualidade de vida;
- Contribuir para que o processo de indenizações ocorra de forma amigável, atendendo da melhor maneira possível aos justos interesses das partes envolvidas.

Desta forma, foram criados requisitos gerais para garantir direitos indenizatórios igualitários a todos os proprietários das áreas atingidas. Os cálculos dos valores econômicos foram realizados individualmente, e distinguem-se de acordo com a extensão territorial e benfeitorias existentes na propriedade afetada. Em contrapartida, estes valores indenizatórios possuem possibilidades de serem contestados, e fica como critério para cada proprietário aceitar ou contestar o valor sugerido, estando ciente do direito de requisitar novas avaliações que se adequem ao valor de seus bens.

Mediante estas explicações, variações aconteceram, pois algumas famílias tiveram apenas suas terras indenizadas. Em Cajazeiras, somente no Sítio Bartolomeu houve a necessidade de indenizar casas. Inclusive 98% dessas famílias, além dos valores atribuídos as suas terras, tiveram o direito de moradia em novas casas construídas nas Vilas Produtivas Rurais (VPRs). No entanto, os que receberam valores acima de R\$30.000,00 perderam o direito ao reassentamento. De um modo geral serão construídas 18 VPRs, beneficiando 848 famílias. De acordo com o Ministério de Integração Nacional (2005):

As VPRs contam com casas de 99 m², postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, além de rede de água, esgoto e energia elétrica. Os novos moradores também recebem setores produtivos, com no mínimo cinco hectares por beneficiário, sendo um destinado à irrigação.

Com isso, para sistematizar as características gerais socioeconômicas da área, foi incluído nos Programas Socioambientais, o Programa de Reassentamento

das Populações – PBA- 08, com o objetivo de “propiciar às famílias afetadas pelo empreendimento condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual” (PBA – 08. p.04).

De acordo com o PBA-08, em Cajazeiras foram afetadas 47 propriedades, em que as famílias residentes nas áreas desapropriadas contam com 10 proprietários e 15 não proprietários (que moram na residência, mas que pertence legalmente a terceiros), somando no total de 25 desapropriações. Ainda de acordo com os dados do PBA 08, dessas 25 famílias realocadas: 02 receberam valor maior que R\$30.000,00 não tiveram direito ao reassentamento na Vila Produtiva Rural Bartolomeu e foram auto-reassentadas (a critério pessoal), 22 famílias estavam na área da Barragem e 01 família na área do Túnel, lembrando que em Cajazeiras (PB) somente o Sítio Bartolomeu teve desapropriações residenciais.

O projeto de readaptação das comunidades tinha o plano de que essas famílias desocupassem as propriedades após a construção das VPRs. No entanto, mesmo que em Cajazeiras tenha havido atraso nas obras de construção das vilas, as obras da transposição foram iniciadas. Nesse momento, as famílias que possuíam residências no trecho onde as obras seriam executadas receberam a comunicação de que teriam que abandonar suas casas.

Após passado certo tempo do início das obras, enquanto nenhuma casa havia ainda sido atingida e os moradores continuavam em suas propriedades, convivendo com os barulhos e tremores das explosões a todo momento (inclusive nas madrugadas, a solução encontrada foi o realocamento dos agricultores e suas famílias para outras áreas através do Programa Ambiental Auxiliar, o Programa de Transferência Temporária (PTT), criado em 2009 pelo Ministério de Integração Nacional exatamente para resolver problemas dessa natureza, surgidos de forma inesperada, constituindo, portanto, um acordo extrajudicial que consistia em:

firmado em o morador da área e o Ministério da Integração Nacional assegurando o pagamento de uma quantia de oitocentos e treze reais e cinquenta e dois centavos (R\$ 813,52) para a remoção e despesas com a mudança, além de uma quantia mensal de mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos (R\$ 1.254,28), destinados às despesas de manutenção mensal com alimentação e moradia (GONÇALVES e MORAIS, 2015, p.03).

Após o recebimento do primeiro pagamento explicado na citação acima, a família tinha dez dias para desocupar a residência.

O fato é que a estrutura e a organização do Sítio Bartolomeu sofreu diversas modificações a partir do início das obras do túnel e da barragem. Essas famílias que tiveram suas casas destruídas conviveram com as obras por 1 ano, com a garantia de serem transferidos para a Vila Produtiva Rural. Porém, com o atraso das obras, foram novamente cadastrados no Programa de Transferência Temporária, em que dar-se-ia o suporte financeiro para residirem em áreas urbanas, por tempo indeterminado até que finalmente fossem reassentados na Vila Produtiva Rural. Todavia, durante todo esse processo, esses agricultores tiveram seus moldes de vida transformados, e um dos objetivos dos Programas Ambientais é justamente oferecer condição de vida pelo menos que se assemelhem aos antecessores na sua comunidade.

Diante destas constatações, remetemo-nos a um questionamento: será mesmo que essas exigências foram cumpridas? Esta é uma pergunta que apenas os moradores que tiveram suas propriedades utilizadas para a obra podem responder de forma segura. Desta forma, buscamos neste capítulo conhecer como era o Sítio Bartolomeu anterior às obras, assim como os moldes de vida desses agricultores e, consecutivamente, conhecer o novo espaço de moradia, a Vila Produtiva Rural Bartolomeu e entender, sobretudo, quais foram essas principais transformações causadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco no aspecto físico.

Erocilma Fernandes, que residiu por muitos anos no Sítio Bartolomeu, trabalhou nesse setor como Agente Comunitária de Saúde por 23 anos e realizava visitas mensais em todas as residências da comunidade, conhecendo tanto as demandas que eram comumente apresentadas pelos moradores da localidade, como as condições de saúde pública que dispunham. Ela conhece bastante a região e em entrevista nos revelou características do Sítio Bartolomeu em detalhes que antecedem a chegada das obras. Em relação às casas dos moradores do Sítio Bartolomeu, Erocilma Fernandes nos diz que: “as casas eram algumas de tábuas, outras de alvenarias. Algumas tinham banheiros, a minoria, a maioria era a céu

aberto mesmo, não tinham banheiro. A maioria tinha fogão de lenha, algumas tinham armazéns, outras tinham garagem”¹.

O que podemos perceber é que eram casas simples, de pessoas humildes, mas que conservavam tradições de décadas, como por exemplo, o uso de fogão a lenha. Mesmo havendo fogo a gás, utilizava-se a lenha por ser um combustível mais barato e retirado da própria natureza. Os armazéns são os espaços onde os agricultores geralmente guardam seus instrumentos de trabalho nas roças, consistindo em um cômodo, geralmente externo a casa, e que guardavam máquinas de arado (aqueles que tinham), ou ferramentas pesadas, como pás, enxadas, picaretas, etc.

Quanto as atividades de trabalho, o meio de subsistência da maioria dos moradores do Sítio Bartolomeu está baseado na agricultura familiar. Para conhecermos em detalhes a agricultura usada na comunidade, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Cajazeiras (PB), Rigoberto Soares de Farias, conhecido popularmente por Rildo, nos prestou uma entrevista em que afirma ter conhecido o Sítio Bartolomeu no ano de 1996, mesmo ano em que foi eleito pela primeira vez, passando a visitar as comunidades rurais e seus moradores, e assim os representando legalmente.

Segundo o Presidente, naquela época o agricultor rural tinha uma relação extremamente forte com a terra, da qual tirava seu próprio sustento e de sua família.

lá a gente se encontrava na agricultura familiar, trabalhando no roçado plantando milho, feijão, melancia, jerimum, maxixe e fazendo a colheita de um grande porte, até porque nesse época tinha muito inverno e eles plantavam bastante, naquela época se plantava dez hectares de terras, que é em torno de quase quarenta tarefas de terras no ditado popular nordestino, então colhia bastante milho, bastante feijão se guardava em silagem e aquilo que sobrava ainda vendia para as bodegas, que a gente conhecia na época, até no sítio mesmo tinha as bodega, pessoal comprava aqueles grãos colhido pelo agricultor até em troca de açúcar, de café, de sabão e do alimento da carne, mais ou menos assim.²

Com o passar dos anos, o homem do campo foi reduzindo muito as atividades agrícolas, de acordo com o representante dos agricultores de Cajazeiras (PB):

¹ Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017.

² Entrevista cedida por Rigoberto Soares de Farias, em 03 de abril de 2017.

A média particular do plantio variava, tinha pessoas que trabalhavam com dez hectares, outras com cinco hectares e alguns com vinte. Era uma grande cultura daquela época das pessoas mais antigas e hoje até diminuiu bastante até por conta que não tá havendo inverno o pessoal não tem incentivo pra agricultura familiar mais hoje³.

As atividades da agricultura exigem muito esforço físico dos trabalhadores rurais. O processo do plantio começa com a preparação da terra a “broca”, isto é, o corte das árvores e em seguida a queima. Quando começa o período chuvoso começam com as plantações dos grãos e depois a colheita. Mesmo se tratando de uma atividade que exige bastante esforço físico, as mulheres agricultoras também participam ativamente desse processo, tamanha a disseminação desse trabalho na comunidade, percebendo-se que é um trabalho familiar. Como nos diz o Presidente do Sindicato Rural de Cajazeiras (PB):

Naquela época e até hoje, quando havia inverno com abundância, que a gente colhia muito feijão e milho, as mulheres fazia a cata do feijão juntamente com seu parceiro, que era seu marido e os filhos. A cata do feijão, muitas vezes a limpa do mato, deixar o almoço na roça, o café e a merenda da manhã, isso tudo é tarefa da parceira, da companheira da roça, as esposas dos nossos companheiros trabalhadores rurais do Bartolomeu e dos outros sítios que a gente conhece⁴.

A participação das mulheres na agricultura do Sítio Bartolomeu também é reforçada pela Agente Comunitária de Saúde e antiga moradora do Bartolomeu, Erocilma Fernandes: “elas, a maioria era dona de casa, e algumas ajudava os esposos nos trabalhos que fosse maneiros”.⁵

A agente de saúde ainda acrescenta sobre a mudança de algumas práticas de provimento da renda das famílias ao longo do tempo. Enquanto os mais velhos sempre viveram da agricultura, Erocilma afirma: “agora os rapazes iam pra São Paulo para o corte de cana, e alguns viajavam como vendedores”⁶.

Essa migração dos nordestinos para as safras de corte de cana-de-açúcar no Sudeste do Brasil durava, em média, de seis a oito meses, e sempre foi muito

³ Entrevista cedida por Rigoberto Soares de Farias, em 03 de abril de 2017.

⁴ Entrevista cedida por Rigoberto Soares de Farias, em 03 de abril de 2017.

⁵ Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017.

⁶ Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017.

intensa principalmente na Paraíba. Mas essa realidade foi diminuindo com o passar dos anos. No Sítio Bartolomeu não foi diferente. Em relação ao corte de cana, o Presidente do Sindicato Rural de Cajazeiras (PB) esclarece como ocorria:

As inscrição elas sempre foram feitas aqui no sindicato, já fizemos inscrição, nós damos o apoio que aqui o sindicato é a casa do trabalhador, a gente sempre apoiou tanto os trabalhadores que vão para o corte de cana aqui do município de Cajazeiras como de outras cidades vizinhas, então começou indo de 4.500 trabalhadores inclusive mulheres pra fazer comida “aqui acolá” outras iam para o corte de cana mesmo na base do facção cortar cana e fazer o serviço braçal que o homem faz. Ultimamente vem diminuindo, esse ano vai ser em torno de menos de 1.000, já foi 200 pela empresa conhecida por Raízes e Coosan é um grupo junto São José é um grupo só, agora de Cajazeiras bem “poquim”, foram 05 desses 200, a maioria é da região de Horebe, São José de Piranhas, Serra Grande e uma parte do Barro, Ceará. Mas as inscrições são feitas aqui e os exames são feitos aqui, quer dizer o apoio nós damos é esse sofrimento que a gente vê ainda nessa região nordestina; mas do Bartolomeu o número é muito pequeno, eu não lembro de nenhum que foi depois dessas obras do governo federal de Lula e Dilma Rouseff.⁷

Um dos principais motivos pelo qual diminuiu o número de homens que iam trabalhar nas safras de cana relacionadas ao Bartolomeu, foi justamente a chegada das firmas responsáveis pela construção do canal e túnel das obras da Integração do Rio São Francisco na região. A maioria dos jovens conseguiu emprego nas firmas tanto do Bartolomeu, como das regiões vizinhas.

Os recursos hídricos e a maneira de acesso à água no Sítio Bartolomeu anterior às obras da Integração do Rio São Francisco eram particulares, por assim dizer, pois cada família possuía seu meio distinto de conseguir água. Para suas atividades cotidianas construíam os cacimbões, que eram buracos no solo, com paredes de tijolos, que armazenavam água da chuva para utilizar no decorrer dos anos, e conforme a distância utilizavam animais ou latas, auxiliando no percurso.

Essa situação ficou bem relatada no discurso de Erocilma Fernandes:

A maioria das famílias, os proprietários construíam cacimbão, alguns tinham água encanada em casa, outros traziam água, com a lata de água na cabeça mesmo. Os que moravam mais distante e não tinham cacimbão tinha que vir de animal pegar água, tinha essas dificuldades⁸.

⁷ Entrevista cedida por Rigoberto Soares de Farias, em 03 de abril de 2017.

⁸ Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017.

Erocilma Fernandes revelou ainda que no Sítio Bartolomeu não tinha escola e nem posto de saúde. De acordo com a entrevistada, se tratando da educação e escola no local:

Antigamente tinha, mas foi fechado, e as crianças tiveram que ir estudar a dois quilômetros de distância onde tinha uma escola de ensino fundamental, já pra o ensino médio tinham que ir para a cidade. O transporte, [...] Era um transporte do município, carro fechado que levavam as crianças. A taxa de analfabetismo, [...] Tinha uma minoria que eram analfabetos⁹.

Já quando precisavam de atendimento médico, a Agente de Saúde explica que “[...] eles tinham que ir a Unidade Básica de Saúde que se localizava a 12 km, ou então uma vez por mês tinha um atendimento ‘Ancora’, que era realizado no sítio vizinho”. O atendimento Ancora é um programa municipal de Cajazeiras e tem o objetivo de facilitar o atendimento médico a todos. Nesse programa, o médico fazia atendimento fora da Unidade, em comunidades rurais distantes das Unidades Básicas de Saúde, em períodos determinados por um calendário¹⁰.

De acordo com a entrevistada, na comunidade do Sítio Bartolomeu não tinha nenhum estabelecimento comercial, e quando as pessoas necessitavam comprar mantimentos “o pessoal tinha que ir pra cidade, três vezes por semana, tinha um carro que fazia a linha e tinha que ir comprar na cidade por que lá não tinha”¹¹.

Para manifestar a religiosidade da comunidade, os moradores se reuniam em locais aleatórios e realizavam atos de crença, melhor explicados no depoimento de Erocilma Fernandes, acrescentando que, de acordo com a entrevistada, esses eventos também representavam o lazer da comunidade.

Eu acho que lá, na época, todos eram católicos. Participávamos de missas, de novenas, tinha procissões dependendo da data, da festa daquele santo, o pessoal costumava fazer dia de São José, dia de Nossa Senhora Aparecida, o pessoal fazia procissões de casa em casa. Tinha também um família lá que tinha o costume de todo dia 20 rezar um terço a Padre Cícero, e pro pessoal da comunidade já era tradição eles ir pra essa novena.¹²

⁹ Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017.

¹⁰ Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017.

¹¹ Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017

¹² Entrevista cedida por Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017

Atualmente, apenas duas famílias ainda residem no Sítio Bartolomeu, que continua existindo. Uma dessas famílias, mesmo tendo sua casa indenizada, recusou-se a sair do local e optou por construir uma outra casa na mesma comunidade, em uma área em que as obras não atingirão o terreno. As demais famílias não tiveram direito às indenizações por serem consideradas não localizadas em áreas de risco.

O que se percebe ao analisar o projeto que foi apresentado aos moradores do sítio Bartolomeu e a execução das obras no local é que o planejamento prévio, por algumas vezes, não ocorreu como esperado. Dessa forma, alguns acontecimentos podem ser interpretados como impactos negativos na vida dos moradores dessa localidade.

Entretanto, a análise fiel sobre a representação ou existência real desses impactos e mudanças na dinâmica da comunidade só pode ser demonstrada pelos moradores. O que ocorrerá no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

A NOVA ROTINA DOS MORADORES E O FUNCIONAMENTO DA VILA PRODUTIVA RURAL BARTOLOMEU

Após o término das obras da transposição do Rio São Francisco no território do sítio Bartolomeu, a rotina dos moradores da localidade foi totalmente modificada, tendo pontos positivos e negativos na nova vida a qual tiveram que se adaptar.

Atualmente, a Vila Produtiva Rural Bartolomeu já se encontra totalmente construída, de acordo com os moldes do projeto que foi apresentado aos moradores. Entretanto, nem todos os serviços estão funcionando da maneira esperada.

De acordo com a agente de saúde da comunidade e moradora da vila, que participou da pesquisa, Erocilma Fernandes, quando receberam a notícia de que o sítio Bartolomeu iria receber as obras da transposição do Rio São Francisco e que eles teriam que se mudar da localidade, cerca de 9 a 10 anos atrás, uma equipe os visitou para fazer um acompanhamento e saber quais as necessidades que os moradores teriam para se mudar e o apoio que deveria ser oferecido. Esse acompanhamento existe até os dias atuais. Além disso, também foi estabelecido um prazo para que deixassem suas residências (entre 8 e 10 dias), já explicado no capítulo anterior.

A estrutura da vila que foi apresentada aos moradores continha, além das casas, uma escola e um posto de saúde, não existentes na comunidade anterior. Muitos moradores necessitavam deslocar-se até a cidade ou sítios vizinhos para terem acesso a educação e saúde.

Figura 3 - Posto de Saúde da Vila Produtiva Rural do Sítio Bartolomeu.



Fonte: Autora (2018).

Porém, ainda que os responsáveis pelas obras tenham deixado a estrutura física da escola e do posto de saúde prontos, incluindo energia elétrica e água encanada, o município não havia viabilizado o funcionamento da escola até esse ano, e o posto de saúde realiza apenas “atendimentos âncora”, duas vezes por mês. Há poucos dias, a escola iniciou seu funcionamento com salas de educação infantil inicial.

Figura 4 - Escola construída na Vila Produtiva Rural do Sítio Bartolomeu.



Fonte: Autora (2018).

Mesmo assim, os moradores reconhecem que a existência da estrutura física e o funcionamento, ainda que apenas duas vezes por mês, já representa uma mudança bastante positiva, pois aproximou os moradores dos seus direitos de cidadão e lhes trouxe mais comodidade.

Outro assunto que foi posto em discussão pela agente de saúde foi a coleta de lixo da região, um problema que os moradores ainda enfrentam atualmente, pois não há coleta de lixo no local e a defesa do meio ambiente proíbe as queimadas e o descarte a céu aberto. Desse modo, esse é um direito que eles ainda precisam buscar. Ainda que proibido, a única maneira que os moradores possuem para

descartar o lixo que produzem é por meio da queima de alguns materiais, ou o aterramento dos produtos que não devem ser queimados.

Os moradores do sítio Bartolomeu sempre viveram por meio da agricultura, produzindo alimentos para seu consumo e vendendo o excedente. De acordo com a agente de saúde do local, os membros mais novos das famílias também iam para o corte de cana em outros estados para ajudar com o sustento da família. Porém, a atividade agrícola era a principal renda para a sobrevivência.

Antes do início das obras da transposição nem todos os agricultores possuíam terras para o plantio, bem como nem todas as casas possuíam água encanada ou banheiro, tendo que buscar água em latas em outras localidades da comunidade¹³.

O governo avaliou as casas que sofreriam danos com as obras da transposição e indenizou os moradores para que não sofressem prejuízos financeiros. Além disso, como informado acima, construiu a Vila Produtiva Rural Bartolomeu, destinada ao reassentamento das famílias que seriam retiradas de suas casas.

Esses moradores receberam terrenos com cerca de 17 tarefas de terra, possuindo uma casa de alvenaria pronta e quintal viável ao plantio. De acordo com Erocilma Fernandes, até os dias atuais esses moradores ainda recebem uma ajuda de custo no valor de um salário mínimo e meio, que tem a finalidade de contribuir com o sustento da família enquanto o plantio se estabiliza. Porém, a duração dessa ajuda de custo não é definida, deixando os moradores com certa insegurança sobre em que momento terão que voltar a viver apenas da agricultura.

Como as obras da transposição já duram há bastante tempo nessa área, acredita-se que todo o processo de adaptação oferecido pelo governo a esses moradores já está chegando ao fim.

De acordo com o projeto inicial, entre o território que receberiam para plantar, duas tarefas¹⁴ de terra já seriam entregues com irrigação. Após a entrega desse terreno, passados seis meses, o benefício de auxílio a subsistência seria finalizado.

Durante a realização da pesquisa os moradores afirmaram que haviam sido notificados que a partir do mês de março o valor do benefício seria diminuído para

¹³ Informação fornecida pela agente de saúde Erocilma Fernandes, em entrevista concedida no dia 31 de março de 2017.

¹⁴ Cerca de 132 m²

apenas um salário. Entretanto, não se tem conhecimento sobre a fonte oficial dessa informação ou a veracidade da mesma.

Figura 5 - Casas construídas na Vila Produtiva Rural Bartolomeu



Fonte: Autora (2018).

Todas as casas da vila produtiva possuem um terreno extra destinado a plantação de alimentos, água encanada e sistema sanitário, representando uma grande melhoria de vida para os moradores que foram indenizados por suas propriedades destruídas pelas obras da transposição. Porém, é necessário esclarecer que parte desse terreno permanece inutilizado, pois os moradores ainda não receberam a permissão da defesa ambiental para realizar o desmatamento e queimada da área para iniciar uma produção agrícola.

Atualmente, em razão dos bons tempos de irrigação natural, com as chuvas, os moradores dedicaram-se às suas plantações, produzindo milho, feijão, siriguela, jerimum, caju e flores. Porém, para alguns, o quintal da casa, que foi adotado como área de plantação, é muito inferior ao possuído anteriormente.

Figura 6 - Terreno de plantação de uma das casas de vila.



Fonte: Autora (2018).

Desse modo, recordando o discurso de Erocilma Fernandes, quando citou que alguns moradores do sítio Bartolomeu moravam em casas cedidas por terceiros, a mudança para a vila representou um benefício para alguns, mas prejudicou a outros, refletindo na diminuição de sua produção e único meio de sobrevivência.

A água encanada em todas as residências da Vila foi uma mudança indiscutivelmente positiva para os moradores, melhorando, inclusive, suas condições de higiene. O governo federal, juntamente com a Articulação do Semiárido Brasileiro, desenvolveu um projeto intitulado de “Programa 1 Milhão de Cisternas”, baseado na política de estoque de água de chuvas nessa região, havendo em todas as casas. Além disso, a maioria dos moradores construiu em suas casas fogões a lenha, mesmo havendo na localidade a possibilidade da utilização de fogões a gás.

Figura 7 - Cisterna de uma das residências da Vila.



Fonte: Autora (2018).

Figura 8 - Fogão a lenha.



Fonte: Autora (2018).

É indispensável recordar que nem todos os moradores da localidade que foi atingida pelas obras da transposição tiveram direito a indenização ou puderam se mudar para a Vila Produtiva, representando a parte mais prejudicada com a

transposição. Mesmo através de uma análise superficial, são claros os prejuízos sofridos por algumas famílias. No entanto, esses prejuízos não foram reconhecidos pelo governo, e as famílias muito menos ressarcidas.

De acordo com Erocilma Fernandes, após o início das obras, quatro famílias continuaram a morar na localidade. Entretanto, duas delas deixaram o local em razão da dificuldade para obter água, haja vista que as nascentes existentes secaram em razão das explosões das obras, aterrando as “veias de água” que alimentavam os cacimbões. As duas famílias que ainda existem no local são abastecidas por carro pipa ou o hábito de buscar água em latas em outras localidades.

Figura 9 - Morador da antiga localidade do sítio Bartolomeu, com latas de transporte de água.



Fonte: Autora (2018).

O tubo branco que é possível observar ao lado do morador da Figura 9 é o poço artesiano que existia em sua propriedade e que abastecia sua residência de

água. Esse foi um dos poços que secou, possivelmente em razão dos danos causados pelas explosões para construção dos túneis da transposição.

Atualmente esses moradores que ainda encontram-se no território do Sítio Bartolomeu são abastecidos por um Projeto Governamental e executado pelo exército brasileiro que leva água até essa localidade por meio de carros pipa.

Esse é um dos efeitos negativos das obras de transposição das águas do Rio São Francisco no Sítio Bartolomeu, pois as águas das nascentes locais foram poluídas ou extintas pelas explosões, a fertilidade do terreno também foi prejudicada, além dos danos estruturais das residências que também foram causados pelos tremores gerados pelas explosões dos túneis.

Mesmo assim, esses moradores não tiveram nenhuma assistência governamental por não terem suas residências localizadas na área que foi definida como “área de risco”, ainda que sofrendo danos notáveis. Desse modo, diante da impossibilidade de se mudar ou se manter em outro lugar, não podendo abandonar as poucas posses que garantiam sua sobrevivência, essas famílias foram obrigadas a se manter no mesmo território e arcar sozinhas com os prejuízos e as ameaças de despejo.

Erocilma Fernandes, que se mantém como agente de saúde responsável pela comunidade da Vila Produtiva Rural Bartolomeu, afirmou que a Vila possui 24 casas, com 22 famílias. Desse total, 19 famílias residiam no sítio Bartolomeu antes das obras da transposição.

A agente de saúde também citou como melhoria conquistada após a construção da Vila, a fundação da Associação Rural dos Moradores, destinada apenas aos moradores da vila.

O presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Cajazeiras, que também concedeu entrevista para a produção dessa pesquisa, Rigoberto Soares de Farias, explicou que a instituição existe há bastante tempo, mas que agora conta com sede própria.

Figura 10 - Associação dos Moradores da Vila Produtiva Rural Bartolomeu.



Fonte: Autora (2018).

Rigoberto esclareceu que o sindicato sempre serviu para representar os moradores e agricultores sobre seus interesses e necessidades, como a organização de trabalhadores para o corte de cana em outros estados.

De acordo com o presidente, o número de moradores que iam ao plantio de cana antes da transposição era incomparavelmente maior, não havendo mais tanta necessidade em razão do número de moradores que foram empregados nas obras.

Além disso, cita também que nos períodos de estiagem os moradores sofriam necessidade por não terem como produzir renda nessa época, sobrevivendo apenas de programas governamentais como o Bolsa Família e o Seguro Safra. Atualmente, os moradores não passam mais por essas situações, posto que recebem a ajuda de um salário mínimo e meio, já citada.

Quanto a moradia, o presidente afirma também perceber apenas benefícios, de acordo com seu ponto de vista, pois muitos moradores do sítio Bartolomeu viviam em casas que pertenciam a terceiros e eram cedidas, com estrutura precária e com mosquitos transmissores de doenças e sem saneamento básico.

Em contrapartida, após o início das obras e o reassentamento na Vila, todos receberam casas de alvenaria, com água encanada e saneamento básico, cisternas para armazenamento de água e 21 tarefas de terra destinadas a agricultura, o que equivale a cerca de 10 hectares.

Figura 11 - Cômmodo de uma das casas da vila.



Fonte: Autora (2018).

Entretanto, haja vista que nem todos os moradores do sítio Bartolomeu tiveram direito ao reassentamento na Vila e a consequente indenização de suas terras, ou receberam terras para plantio de extensão inferior as que possuíam antes, o ponto de vista do presidente é questionável.

Mesmo assim, o presidente da Sindicato dos Trabalhadores afirma não perceber pontos negativos relacionados as obras de Transposição do Rio São Francisco no sítio Bartolomeu e a mudança das atividades dos moradores do local, que receberam ajuda governamental e que após o fim das obras, terão a garantia de água para sua existência, criação de animais e sobrevivência em qualquer época do ano, haja vista que a comunidade também será abastecida pelo açude de engenheiro ávidos, para onde as águas da transposição estão destinadas. É valido salientar que atualmente o abastecimento de água da Vila é mantido pela “Barragem Caiçara”, obra oriunda do projeto de Transposição do Rio São Francisco.

A agente de saúde, Erocilma Fernandes, também afirma que as obras da transposição e a construção da Vila Rural trouxeram mais benefícios do que prejuízos, principalmente em razão da existência do saneamento básico em todas as casas, da maior proximidade com a cidade e a propriedade para aqueles que antes moravam em casas cedidas por terceiros.

Figura 12 - Banheiro de uma das casas da vila.



Fonte: Autora (2018).

O outro participante dessa pesquisa foi o Sr. João Targino de Araújo, o qual cedeu-me uma entrevista no dia 09 de abril de 2017. Ele é um dos moradores que não teve a casa indenizada e continua a residir próximo as obras da transposição. É o mesmo morador retratado na figura 9, com os latões para transportar água ao lado de um dos poços artesianos que existia na sua propriedade e que atualmente está seco.

A casa do Sr. João Targino não foi indenizada porque, de acordo com os responsáveis pelas obras, não se encontrava em área de risco que pudesse ser atingida pelas explosões dos túneis ou por alguma outra construção. Entretanto, mesmo com essa avaliação, após os tremores causados pelas explosões, surgiram rachaduras na estrutura da casa, possivelmente em razão da movimentação das obras.

Figura 11 - Rachaduras na estrutura da casa do Sr. João Targino.



Fonte: Autora (2018).

De acordo com o morador, as obras foram iniciadas na comunidade no dia 25 de julho de 1999, as 10:00 horas da manhã, quando se ouviu a primeira explosão. E, segundo ele, sua família não foi retirada do local porque os engenheiros afirmaram que o túnel que passaria em seu terreno seria subterrâneo, não havendo necessidade de mudança. Mesmo assim, o Sr. João afirma que já enviou ofícios para a cidade de Brasília, Fortaleza, João Pessoa e Campina Grande para que os danos na sua propriedade fossem analisados.

O Sr. João falou, desde o início da entrevista, sobre a condição dos olhos d'água do lugar, que haviam secado. Porém, quando questionado se esse fenômeno havia acontecido em razão dos danos das explosões, ele afirmou não saber, mas que acreditava que sim. Talvez possa não ser, haja vista que enfrentávamos um período de estiagem de mais de 05 anos. No entanto, o morador acredita que sim, pois até mesmo as nascentes que existiam na comunidade secaram subitamente.

Mesmo diante dessa situação, do notável prejuízo sofrido pela família e a atual falta d'água, o morador afirma que não sofreu com as obras da transposição, e que é uma benção estar naquele local. Mesmo não havendo mais água, eles são abastecidos pelo exército brasileiro, e que, para ele, isso é bom.

Afirma que os outros moradores que não tiveram as casas indenizadas e que posteriormente foram embora da comunidade, o fizeram porque quiseram, e não por

necessidade. Que o único problema atual existente é a estrada de acesso até o antigo sítio Bartolomeu, que está se tornando inacessível, pois antes a empresa que realizava as obras da transposição cuidava da manutenção. Porém, ao fim das obras, a prefeitura se responsabilizou em manter a estrada em bom estado, mas não vem cumprindo o compromisso.

Quando questionado sobre a forma de locomoção e acesso a saúde atualmente, o Sr. João Targino explicou que há vários carros particulares que fazem o trajeto do sítio à Cajazeiras, e que quando necessitam utilizam-se desse meio de transporte. Bem como quando precisam de atendimento médico, também se dirigem até o município de Cajazeiras, geralmente locomovendo-se com motos.

O morador demonstrou o respeito que tem por seus hábitos ao falar sobre o meio de locomoção que utilizava para ir a lugares próximos, comentando sobre a sua carroça movida por cavalos, burros ou jumentos e afirmando que esse é um meio de transporte que nunca será extinto.

Apesar da dificuldade que a família do Sr. Targino enfrenta para manter-se na localidade atualmente, o morador afirma que não há pontos negativos na realização das obras da Transposição do Rio São Francisco, pois a esperança do acesso a água em todos os períodos do ano, independente da seca, é o suficiente, e que é por isso que eles esperam.

O fato de todos os entrevistados terem apontado apenas os pontos positivos do acontecimento das obras da transposição no território do Sítio Bartolomeu, mesmo quando os negativos são aparentes, como a condição do Sr. João Targino, no despertou uma complexa reflexão buscando perceber todo esse processo de mudança pela ótica de positividade desses sujeitos.

Desse modo, para tornar essa reflexão totalmente conclusiva, optamos por realizar uma última entrevista com uma agricultora do Sítio Bartolomeu, que foi transferida para a Vila Produtiva.

A entrevista foi concedida por Maria da Silva Lima, no dia 27 de fevereiro de 2018, que iniciou seu depoimento narrando o processo de comunicação sobre o acontecimento das obras na localidade e o que aconteceu com as famílias no período das obras.

A entrevistada contou que em 2007 uma equipe da transposição visitou a casa dos moradores realizando um cadastro das famílias. Posteriormente marcaram uma reunião e explicaram tudo que aconteceria no território, a construção da vila e a

assistência que seria dada as famílias para saírem de suas propriedades. Nessa mesma oportunidade a equipe de obras aproveitou para perguntar o que os moradores desejavam que tivesse na vila que seria construída.

De acordo com o depoimento ora analisado, os moradores requisitaram tudo que não possuíam no Sítio Bartolomeu. Entretanto, todas as vilas possuem estrutura semelhante, contendo a assistência básica para a sobrevivência.

Em seguida foi questionado se a moradora gostou da estrutura da vila ou se preferia morar no Sítio Bartolomeu. De acordo com Maria, ela prefere a vila, porque tem banheiro e água em casa. Mas também admite que gostava do sítio, porque possuía plantações de flores e árvores, mas que já começou a replantar na vila e que sua roça encontra-se muito bonita, o único problema enfrentado é que alguns moradores pensam que ela utiliza água potável para agoar a plantação, o que causa certo mal estar em razão do valor total ser dividido para todos os moradores de formar igualitária.

Perguntou-se também o que a moradora poderia sugerir como melhoria para a vila, oportunidade em que ela citou apenas o fato de que o posto não está funcionando nos últimos meses, pois a administração do município de Cajazeiras afirma não ter recurso para colocar o combustível da médica que atenderia na unidade de saúde. No entanto, coloca a abertura da escola, que já começou a funcionar.

Por fim, pergunta-se a moradora se ela acredita que as obras da transposição beneficiaram ou prejudicaram a sua família. Ela afirma que ajudou, pois antes a única renda fixa que possuíam eram programas governamentais que ofereciam valores irrisórios, que associados à renda advinda da agricultura, nem sempre era suficiente para manter o sustento da família.

A moradora também cita o auxílio que recebem atualmente, que é de bastante ajuda para a sobrevivência da família, afirmando que o valor será reduzido para um salário mínimo, que durará até os produtores terem acesso as terras irrigadas que foram prometidas. Após a extinção do auxílio, a moradora diz que as condições ficarão mais difíceis, mas que eles poderão se sustentar com o que produzirem. Além disso, também fala sobre os filhos, que atualmente trabalham em obras da transposição em outras localidades.

No dia 08 de março de 2018 os primeiros metros cúbicos de água do Rio São Francisco chegaram à Paraíba através do túnel localizado na cidade Monteiro,

seguindo seu curso pelo Rio Paraíba e passando pelos açudes de Poções, Camalaú, Epitácio Pessoa, conhecido como Boqueirão, Acauã, Araçagi, até chegar a um perímetro irrigado que está sendo construído na cidade de Sapé.

A chegada dessa água na região fortalece a esperança da população que sempre conviveu com a seca, de poder dispor de água durante todos os períodos do ano, que, por si só, já representava benefício suficiente para se sobrepor a todos os prejuízos com os quais tivessem que arcar.

CONCLUSÃO

Muitas pessoas acreditam que as obras da transposição do Rio São Francisco têm como único benefício a água trazida até as regiões que sofrem com a seca em determinados períodos do ano.

Também é concepção de alguns que a mudança gerada em algumas comunidades para que essas obras fossem realizadas é extremamente negativa, pois modificou a forma de vida dos moradores, suas condições de sustento e os recursos naturais dos quais dispunham.

Entretanto, após a realização dessa pesquisa, tendo como referência as mudanças sofridas pelos moradores da localidade do Sítio Bartolomeu, o acontecimento das obras da transposição em seu território aparenta ter sido uma experiência positiva até o momento. É possível que os impactos negativos sejam enfrentados daqui a algum tempo, entretanto, até esse momento, só se percebem os benefícios.

Os moradores que antes enfrentavam dificuldades relacionadas a distância para terem acesso a saúde e educação, agora dispõem de uma escola e uma unidade básica de saúde próximo a suas residências.

O hábito de buscar água em latões foi substituído por água encanada nas residências. As casas de estrutura precária foram substituídas por casa de alvenaria e com acabamento. Além da comodidade citada por todos os que não possuíam banheiro em casa, de agora o ter. E, um dos pontos mais importantes que precisa ser reconhecido é que, até mesmo aqueles que moravam no Sítio Bartolomeu em casas que haviam sido cedidas por terceiros, ou seja, de favor, tiveram direito a uma casa própria.

As condições de vida e as possibilidades de emprego também foram melhoradas, pois os próprios moradores da comunidade foram capacitados para trabalharem em algumas funções da obra, receberam empregos com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas e, mesmo após o fim das obras no Sítio Bartolomeu, mantiveram o emprego, sendo transferidos para outros locais em que as obras também estavam sendo realizadas.

Essa mudança foi a responsável por diminuir imensamente o número de trabalhadores da região que eram enviados para o corte de cana em outros estados, como citou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras. No momento, eles possuem trabalhos melhores, em condições melhores e com remuneração superior.

Entretanto, não se está ignorando os efeitos negativos que foram citados ou observados durante a pesquisa, como as fontes naturais de água terem secado ou a desassistência do governo aos moradores que não tiveram as casas indenizadas e direito ao reassentamento na Vila Produtiva Rural Bartolomeu, mesmo sofrendo prejuízos. É inquestionável que o governo ainda precisa agir para reparar esses danos.

A situação posterior ao fim do auxílio governamental que vem mantendo os agricultores também é imprevisível. Não se sabe se após tanto tempo vivendo sem manter-se ativamente através da agricultura, eles conseguirão ter um padrão de vida equiparado ao que possuem atualmente. Porém, o governo ofereceu subsídio para a manutenção das famílias enquanto as obras aconteciam e ofereceu terrenos para que pudessem plantar e voltar a se manter após o fim das obras, logo, cumpriu toda a sua responsabilidade assistencialista. Não é possível então perceber negatividade nisso, haja vista que não é possível acreditar na ideia de manutenção dessas famílias por meio de recursos governamentais o resto de suas vidas.

Além disso, também não é possível ignorar a opinião unânime de todos aqueles que vivenciaram as obras e sofreram as modificações na sua rotina de vida. E, de acordo com os moradores da atual vila e do território pertencente ao Sítio Bartolomeu, os benefícios se sobrepõem a todos os prejuízos. Tornamos a dizer que pode ser que eles sintam os impactos negativos com o passar de alguns anos, principalmente se algumas promessas sobre os efeitos da transposição não forem cumpridas, porém, para conclusão dessa pesquisa, as obras representam benefício.

Chama-se atenção ainda para a necessidade de ser viabilizado totalmente o funcionamento da UBS e da escola da comunidade, pois ainda não se encontram em condições totalmente satisfatórias. Porém, salienta-se que a omissão ainda existente para que isso aconteça parte da administração pública municipal, não dos responsáveis pela transposição em âmbito federal.

Ademais, conclui-se que além da água que irrigará a região Nordeste nos seus períodos de estiagem, o que já representa uma grande conquista da população dessa região, as obras da transposição também proporcionarão melhorias significativas na qualidade de vida e economia local.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Márcia Regina da Silva. **A representação popular na Câmara dos Deputados e o pacto federativo no Brasil: Estudo de caso- Transposição do Rio São Francisco.** Brasília. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/posgraduacao/arquivos/publicacoes/banco-de-monografias/ip-2a-edicao/MrciaReginadaSilvaAzevedo.pdf>. Acessado em 09/07/2016

BARROS, Juliana Neves. **O desencantamento das águas do Sertão: crenças, descrenças e mobilização social do projeto de Transposição do Rio São Francisco.** Dissertação (mestrado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2014.

CASTRO, César Nunes. **Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidades do projeto.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1418/1/TD_1577.pdf. Acessado em: 17/11/2016.

COELHO M.A.T.,. **Os Descaminhos do São Francisco.** [s.c]. Editora Paz e Terra, 2005. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/especial>. Acessado em: 10/07/2015.

FERREIRA, Fernando Marrey. **Recursos Hídricos e Transposição do Rio São Francisco.** [s.c] [s.e] 2009. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/> Acessado em: 12/07/2011.

GONÇALVES, Cláudio Dias Barbosa; SOUSA, Cidoval Moraes. **Os impactos socioambientais sobre populações locais: uma análise das consequências do Projeto de Integração do Rio São Francisco em São José de Piranhas-PB.** 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13285/2451> Acessado em: 20/02/2017

PASSADOR, Claudia Souza e PASSADOR, João Luiz. **Apontamentos sobre as políticas públicas de combate a seca no Brasil: cisternas e cidadania?** Cadernos de gestão pública e cidadania.v.5, n.56. São Paulo, 2010.

PEREIRA, José Poggi da Silva. **Estudo sobre proposta de transposição de águas do Rio São Francisco.** [s.c] [s.e], 1994.

SUASSUNA, João. **Transposição do rio São Francisco: um erro imperdoável.** [s.c] [s.e], 2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/tag/transposicao-do-rio-sao-francisco/>. Acessado em: 15/07/2011.

VALE, Diógenes Cabral. A Transposição das Águas do Rio São Francisco: uma visão temática. **Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**, Recife, v .3, p 53-72. 2006.

VIANA, Cristina Ferreira Gomes. **Conflitos socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Brasília. [s.e], 2005.

Sites Visitados

Ministério de Integração Nacional. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/38-programas-ambientais/programa-de-indenizacao-de-terras-e-benfeitorias> Acessado em: 21/02/2017

Ministério de Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional** – Projeto Básico Ambiental – PBA-08. Programa de Reassentamento das Populações. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA08.pdf/156621fb-b0f0-4c86-ba04-4497c750bca2> Acessado em: 21/02/2017

Ministério de Integração Nacional. **Vilas Produtivas Rurais**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/vilas-produtivas-rurais> Acessado em: 21/02/2017.

Ministério de Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional** – Projeto Básico Ambiental - PBA – 07. Programas de Indenização de Terras e Benfeitorias. Brasília, 2005.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANEXO A – ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS MORADORES DO SÍTIO
BARTOLOMEU E DA VILA PRODUTIVA RURAL BARTOLOMEU**

- *Entrevista realizada com a Agente Comunitária de Saúde do Sítio Bartolomeu e hoje Presidente da Associação Comunitária Rural da Vila Produtiva Rural Bartolomeu - Erocilma Fernandes, em 31 de março de 2017.*

Em relação ao Sítio Bartolomeu anterior as obras da integração do Rio São Francisco:

1. Durante quanto tempo morou no Sítio Bartolomeu?
- Eu morei lá desde criança, desde meu nascimento, morei até o dia de sair de lá depois das indenizações.
2. Durante quanto tempo trabalhou como Agente Comunitária de Saúde do Sítio Bartolomeu?
- Trabalho a 23 anos, só que nesse período de 23 anos, cinco anos fiquei afastada da área e trabalhando em outra, por conta da indenização e dessa transferência de domicílio.
3. Como Agente Comunitária de saúde, poderia dizer, quantos domicílios existia na comunidade?
- 27
4. E quantos moradores?
- 122
5. Quais as características das casas desses moradores?
- As casas eram algumas de tabas, outras de alvenarias. Algumas tinham banheiros, a minoria, a maioria era a céu aberto mesmo não tinham banheiro. A maioria tinha fogão de lenha, algumas tinham armazéns outras tinham garagem.
6. Tinha posto de saúde e escola na comunidade? Como faziam quando necessitavam de atendimento médico?
- Não. Eles tinham que ir a Unidade Básica de Saúde a 2 km, ou então uma vez por mês tinha um atendimento Ancora que era realizado no sítio vizinho.

7. Tinha escola na comunidade?

- Não. Antigamente tinha mais foi fechado, e as crianças tiveram que ir estudar a dois km de distância onde tinha uma escola de ensino fundamental, já pra o ensino médio tinham que ir para a cidade.

8. E o transporte para irem a escola como era?

- Era um transporte do município, carro fechado que levavam as crianças.

9. Todos os moradores eram alfabetizados?

- Não. Tinha uma minoria que eram analfabetos.

10. Quantos estabelecimentos comerciais existiam na comunidade?

- Não tinha, o pessoal tinha que ir pra cidade. Três vezes por semana tinha um carro que fazia a linha, e tinha que ir comprar na cidade por que lá não tinha.

11. A religião era a mesma exercida por todos? Quais eram as mais comuns? E como era a forma de manifestação da religião na comunidade?

- Eu acho que lá, na época, todos eram católicos. Participávamos de missas, de novenas, tinha procissões dependendo da data da festa daquele santo pessoal costumava fazer dia de São José, dias de Nossa Senhora Aparecida o pessoal fazia procissões de casa em casa. Tinha também um família la que tinham o costume de todo dia 20 rezar um terço á Padre Cícero, e pro pessoal da comunidade já era tradição eles ir pra essa novena.

12. De que forma tinham acesso a água?

- A água era a maioria das famílias os proprietários construíram cacimbão, alguns tinham água encanada em casa, outros traziam água, com a lata de água na cabeça mesmo. Os que moravam mais distante e não tinham cacimbão tinha que vir de animal pegar água, tinha essas dificuldades.

13. Como era a rotina das mulheres da comunidade?

- Elas, a maioria era dona de casa, e algumas ajudava os esposos nos trabalhos que fosse maneiros.

14. Como era a rotina dos homens da comunidade?

- Os mais idosos eles sempre foram da agricultura sempre viveram disso, agora os rapazes iam pra São Paulo para o corte de cana, e alguns viajavam como vendedores.

15. Quais eram as formas de lazer dessas pessoas?

- Lazer era mais difícil, o nosso lazer era uma novena, missa, uma cantoria, um forró, depois já perto da gente sair de lá construíram um balneário e o pessoal costumava ir em família.

16. E hoje como está o Sitio Bartolomeu?

- Lá ficou depois dessa transferência apenas quatro famílias, dessas quatro famílias hoje contam com apenas duas, oito pessoas, habitantes. E essas duas famílias que saíram porque lá ficou difícil água, as nascente que tinham secaram, com as explosões que tiveram e escavações as veias de águas dos cacimbão sumiram, o

peçoal vive lá sem água as duas famílias que ficaram estão sendo abastecidas por carro pipa.

17. Em que ano receberam a notícia que vocês teriam suas terras e casa indenizadas? E de que forma essa notícia chegou até vocês?

- De 10 a 09 anos. Eles fizeram muitas reuniões e visitas casa em casa, também teve uma capacitação e fomos umas oficinas tivemos esse acompanhamento de lá até os dias de hoje continuam nos acompanhando.

18. Se tratando da Vila, quantas casas existem aqui? Todas pertencem a antigos moradores do Bartolomeu ou tem exceções?

- 24 Casas e no momento com tem 22 famílias. Só 19 famílias eram do Bartolomeu.

19. De que forma está organizada a Vila Produtiva Rural Bartolomeu?

- Aqui, com a ajuda do pessoal da transposição, eles conseguiram junto com agente fundar uma Associação Rural dos moradores, essa Associação ela é somente para os habitantes daqui. Hoje muitas pessoas assim como eu que não tinha casa pra morar terra pra trabalhar, viviam em casas de outras pessoas cedidos por terceiros hoje tem suas terras e casas. Também agente recebe uma ajuda de custo de transferência que corresponde a um salário mínimo e meio para ajudar nas despesas de casas e investir até em melhorar a moradia e algumas pessoas já tão construindo. Nós temos água encanada, todos temos banheiros em casa, não corremos mais os risco, lá era céu aberto né. Fica mais próximo da cidade, temos carro todos os dias. Tem pessoas aqui que já tem horta e alguns já tão plantando.

20. Como está a educação e a saúde?

- Eles deixaram construído umas escola ampla, isso foi entregue ao município e até hoje não botaram pra funcionar, o posto médico também tem atendimento duas vezes por mês porque é um posto Ancora. Mesmo que haja necessidade de procurar a Unidade Básicas de Saúde agora é mais próximo.

21. O que tem de dificuldade aqui na Vila?

- Uma das dificuldades que estamos enfrentando é a questão das terras que ainda não foram liberadas pelo IBAMA, e outra dificuldade também que agente encontra é a questão da coleta de lixo que não temos e o pessoal do meio ambiente estão sempre por aqui e exigem muito que agente consiga essa coleta já que não pode queimar o lixo, não pode jogar a céu aberto. E na questão dos terrenos temos a promessa de irrigarem quando as água chegarem e querem que aproveitemos esses lotes residenciais para o criatório de galinha e de peixe e hortas.

22. Na sua opinião o avanço das obras da Integração do Rio São Francisco foi positivo ou negativo para sua família?

- Para minha vida foi positivo. Agente não tinha casa e hoje tenho minha casa própria e terras que sei que vão ser liberadas e temos o sonho de melhorias.

- *Entrevista realizada com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras – PB, Rigoberto Soares de Farias, em 03 de abril de 2017.*

Sabe-se que o meio de subsistência dos moradores rurais é agricultura familiar, se tratando desse meio de produção mais especificamente da comunidade rural do Sítio Bartolomeu:

1. O senhor conhecia o Sítio Bartolomeu? Qual relação estabelecia com a comunidade?

- Eu conheci o Sítio Bartolomeu em 1996, passei a conhecer esses moradores de lá, inclusive quando eu entrei no sindicato e fui eleito pela primeira vez, aí comecei a andar nas comunidades inclusive no Bartolomeu, e lá agente se encontrava na agricultura familiar, trabalhando no roçado plantando milho, feijão, melancia, jerimum, maxixe e fazendo a colheita de um grande porte, até porque nesse época tinha muito inverno e eles plantavam bastante, naquela época se plantava dez hectares de terras, que é em torno de quase quarenta tarefas de terras no ditado popular nordestino, então colhia bastante milho, bastante feijão se guardava em silagem e aquilo que sobrava ainda vendia para as bodegas, que agente conhecia na época, até no sítio mesmo tinha as bodega, pessoal comprava aqueles grãos colhido pelo agricultor até em troca de açúcar, de café, de sabão e do alimento da carne, mais ou menos assim.

2. Apesar de ser um trabalho geralmente voltado aos homens, as mulheres da comunidade do Sítio Bartolomeu exercia algum tipo de função durante as épocas de plantio?

-Naquela época e até hoje quando havia inverno com abundancia que agente colhia muito feijão e milho as mulheres fazia a cata do feijão juntamente com seu parceiro que era seu marido e os filhos. A cata do feijão, muitas vezes a limpa do mato, deixar o almoço na roça, o café e a merenda da manhã, isso tudo é tarefa da parceira da companheira da roça as esposas dos nossos companheiros trabalhadores rurais do Bartolomeu e dos outros sítios que agente conhece.

3. Com quantos anos homens e mulheres começavam a atuar na agricultura?

- Sempre o trabalho da agricultura familiar para o INSS hoje a documentação é de a partir de 16 anos, mas naquela época começava a acompanhar os pais e as mães a irem pro roçado com 7 anos de idade, era esse período que começava a trabalhar no roçado.

4. Qual a média de área utilizada para as plantações por família?

- A média particular do plantio variavam, tinha pessoas que trabalhavam com dez hectares, outras com cinco hectares e alguns com vinte. Era uma grande cultura daquela época das pessoas mais antigas e hoje até diminuiu bastante até por conta que não tá havendo inverno o pessoal não tem incentivo pra agricultura familiar mais hoje.

5. Qual era a média de produção por família em relação a colheita de cada grão, em épocas de bons invernos?

- Bom, nós temos aqui uns dados que por tarefa, no nosso ditado nordestino, seria oito saco de milho e cinco de feijão.

6. E em épocas de poucas chuvas, o que esses agricultores faziam para tirar o sustento das famílias? Contam com alguma ajuda governamental?

-Olha, é nessas época do entre safra sempre manteve se com esses programas sociais do governo, pouca ajuda, o Bolsa Família e o Seguro Safra quanto tinha a perda comprovada da lavoura, outros saem daqui para o corte de cana a fazer sua aventura lá durante seis até oito meses e quando era o período de cultivo a sua roça, ele volta de lá pra cá, e sempre foi assim a vida do nordestino.

7. Se tratando do corte de cana já próximas o inicio das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco no Sítio Bartolomeu, como era essa cultura no Sítio Bartolomeu?

- Olha, as inscrição elas sempre foram feitas aqui no sindicato, já fizemos inscrição, nós damos o apoio que aqui o sindicato é a casa do trabalhador , agente sempre apoiou tanto os trabalhadores que vão para o corte de cana aqui do município de Cajazeiras como de outras cidades vizinhas, então começou indo de 4.500 trabalhadores inclusive mulheres pra fazer comida “aqui acolá” outras iam para o corte de cana mesmo na base do facão cortar cana e fazer o serviço braçal que o homem faz. Ultimamente vem diminuindo, esse ano vai ser em torno de menos de 1.000, já foi 200 pela empresa conhecida por Raízes e Coosan é um grupo junto São José é um grupo só, agora de Cajazeiras bem “poquim”, foram 05 desses 200, a maioria é da região de Horebe, São José de Piranhas, Serra Grande e uma parte do Barro–CE. Mas as inscrições são feitas aqui e os exames são feitos aqui, quer dizer o apoio nós damos é esse sofrimento que agente ver ainda nessa região nordestina mas do Bartolomeu o número é muito pequeno eu não lembro de nenhum que foi depois dessas obras do governo federal de Lula e Dilma Rouseff.

8. Como representante legal desses agricultores, em sua opinião os moradores do Sítio Bartolomeu, após, terem sido indenizados e reassentados na Vila Produtiva Rural Bartolomeu, isso interferiu de algum modo no meio como se relacionavam com a terra e respectivamente com a agricultura?

- De maneira alguma, porque o governo federal além de indenizar as áreas que eles tinham, uma parte deles que tinham uma terras mais “avurtadas” com mais hectares, vamos supor de 70 á 80 tarefas, tinha outros que tinham só bem dizer o local onde residiam a casa, so dava pra fazer a casa e algumas tarefas 30 á 40 tarefas. O pessoal que foi indenizado, ai foram pra Vila Produtiva receberam a casa gratuitamente, um posto médico, uma escola, com poços artesianos e mais 21 tarefas de terras que corresponde a menos de 10 hectares, mais o governo fez o que pode, ajudou e tá ajudando essa comunidade não só do Bartolomeu mas de todo onde vem passando essa obra de transposição tem sido indenizado casa velha d “taiba” com “porocotó”, com besouro de todo jeito que atingia o homem do campo, com cobra dentro e hoje receberam as casas novas tudo bem acabada, então nós temos conhecimento inclusive fui na inauguração dessas casas, Fui um dos convidados e fui para fazer a entrega justamente do pessoal do Ministério da Integração Nacional tanto na parte de São José de Piranhas como na Vila Produtiva daqui, se eu não me engano são 24 casas do Bartolomeu. Então tá de parabéns o nosso governo que saiu de lula e de Dilma e o povo que hoje tá assentado, bem sossegado, chegam aqui alegres e satisfeitos os que eram moradores hoje são donos de suas próprias casas, então o que eu sei dizer da transposição é que é uma benção divina que vem pra matar a sede do povo nordestino futuramente de 12 milhões de nordestinos.

9. Qual é o posicionamento do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras em relação as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, em especial no tocante a cidade de Cajazeiras?

- Olha, eu acho que essa obra ela vem resgatar justamente o que o nordestino queria porque nós estamos ai com 6 anos de seca, faltando água pra beber na cidade e nas comunidades não tem água para os animais beberem dentro daquelas roças onde tem pastagem mas não tem água prejudicando justamente a criação de gado de animais e ai ta sendo uma benção essa descoberta que vem do governo Lula de muitos anos atrás e que ele botou esse projeto pra frente e a nossa ansiedade é que esse ano ainda antes de chegar ao final chegue essas águas no eixo norte.

10. O que as obras trouxeram de positivo e de negativo para o Sítio Bartolomeu?

- Olha, de negativo não vejo nenhum lado, só vejo positivo o que falta agora é chegar a água e agente rezar, bater palma e soltar fogos, somente isso e dar graças a Deus e agradecer aos governos passados que iniciaram as obras.

• *Entrevista realizada com o Sr. João Targino de Araújo, no dia 09 de abril de 2017.*

1. Depois que as casas do sítio Bartolomeu foram indenizadas, quantas restaram?
- 05 casas.

2. E hoje? Quantas famílias moram aqui?
- No sítio Bartolomeu “tá” morando 02. O pessoal “lá em baixo” e eu aqui.

3. Como vocês lidaram com o início das obras?
- Chegou em 1999. A primeira explosão que a gente escutou aqui foi no dia 25 de julho de 1999. Numa quinta feira, 10 horas do dia.

4. E por que vocês não foram retirados como os outros?
- Porque eles falaram que aqui o túnel passava por debaixo do chão. Já mandei ofício pra Brasília, Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande. Você tinha que ver que secou tudo aqui, os poços de água.

5. A seca dos poços foi devido as explosões?
- A gente não sabe, né? Porque também já tem 60 meses que não chove, 5 anos sem chuva ou se foi devido as explosões, mas tudo indica, porque você sabe os “ôi d’água”¹⁵ que tem aqui, secou também. O que tem do outro lado, na serra das flores, secou também.

6. O senhor se sente prejudicado com sua família pelas obras?
- Não, só em “nós” tá aqui já é uma benção de Deus. Bom demais. As águas que nós “tamo” bebendo são centrais, pra quem for e pra quem vim.

7. Antes do início das obras, como era a situação de água e transporte?
- Tinha “os cacimbão” aqui, ia pegar água no “ôi d’água” que tinha ali, que secou também. Essa história do transporte era carroça, que não se acaba nunca. Essa daqui, do Rio Grande do Norte ao Ceará, que não pode se acabar nunca. O acesso, como diz eles, né?

8. E as pessoas que moravam aqui, foram embora por quê?
- Devido que... os pessoal dali foram tudo indenizado. E os dali é porque deu vontade de sair. E o outro foi meu irmão, que tinha uma casinha do cunhado dele na vila de quixaramubim, aí não tinha quem tomasse de conta, aí ele, pra não perderem a casa lá, foi e botaram ele, que ele era cunhado do finado João, que é meu primo ele lá. Tá com um mês hoje que ele saiu.

9. Tem alguém que teve a casa indenizada e mesmo assim não quis sair do local?
- Todo mundo que foi indenizado saiu. Teve os Fernandes, que não saiu. Foram indenizados e fizeram outra casa lá.

¹⁵ Nascentes de rio.

10. As obras da transposição trouxe algo de positivo pra sua família?

- Rapaz, a gente até agora tá esperando a água, né? Vim a água encanada de lá pra cá. Eles falam que vem, né? E essa estrada aqui, que a prefeitura falou que tá com todos os papéis assinados já fazer, né? Essa estrada aqui é velha. É a esperança pela água.

11. E de negativo?

- Só o problema do nosso “ôi d’água”, que foi embora e pronto. Tem mais nada aqui, que prejudicou de nada sobre essas coisa. Só a água mesmo que foi embora. Pronto. E a estrada aqui, nós nunca “fiquemo” sem estrada.

12. E o transporte pra ir pra cidade? Como é aqui?

- Não, aqui não falta carro não. Tem carro fazendo a linha. Aqui passa normal.

13. E quando vocês precisam de algum atendimento médico? Pra ir pra algum posto de saúde?

- A gente vai pra Cajazeiras, com o pessoal de moto. É. Aqui agora, o aborrecimento que tá é o problema dessa água mesmo, mas a água não tá faltando não, a gente tá sendo carregado pelo exército brasileiro.

- *Entrevista realizada com Maria da Silva Lima, no dia 27 de fevereiro de 2018.*

1. Como aconteceu o processo de transferência da sua casa do Sítio Bartolomeu até a chegada na Vila Produtiva Rural Bartolomeu?

- Primeiro, em 2007, andou um povo nas casas fazendo um cadastro. Aí marcaram uma reunião com todos, pra explicar tudo. Mostraram fotos de como iam ser as casas e perguntaram o que nós “queria” que tivesse na vila. Nós pedimos tudo que nós não “tinha”. Só que todas as vilas tem a mesma coisa. A do Carcaré é igual a essa, só tem mais casas. Começou a fazer o túnel lá em 2008 e nós ficamos vendo só os carros e as máquinas passar. Dava até pra escutar os estrondos das bombas. Aí depois quando foi pra fazer a barragem, aí nós tivemos que sair. Fui morar na rua pagando o aluguel, vim pra’qui em 2016.

2. Você gostou da vila? Preferia morar no Bartolomeu ou aqui?

-Aqui. Tenho banheiro e água em casa. Só que lá eu também gostava, tinha um monte de flores e árvores, e aqui eu já comecei a plantar, tá tudo bonito. Aqui o povo reclama porque “acham” que uso água da caixa pra agoar, porque nós “paga” tudo igual a água, e paga o menino também que arruma a água da barragem pra nós. Minha roça tá bem bonitinha ali, quer ver? Tu olha ali.

3. O que você acha que poderia melhorar aqui na vila?

- Mulher, o posto começou dois dias por mês, mas não tem mais não. Disse que não tem gasolina pro carro da doutora. Mas pelo menos a escola pro prezinho abriu.

4. As obras da transposição ajudaram ou prejudicaram a sua família?

- Nós “vivia” agoniado só com a bolsa família. Eu criei nove filhos lá e um nasceu na rua. Era pra ter vindo antes essa transposição. Era longe da rua, aqui tem carro toda dia da linha, e o dinheiro dá pra muita coisa, mas agora vão diminuir pra um salário disseram a nós. E nós só vamos receber até a água tiver irrigada lá pra terra do arruído. Aí depois nós “vai” ficar ruim, mas nós planta as coisas lá e nós vende. Também meus dois meninos trabalham até hoje nas obras nos outros cantos, um no Ceará e o outro saiu da firma há pouco tempo. Tenho medo dele ir pra São Paulo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ANEXO B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Bom dia (boa tarde ou noite), sou Lucimar Ferreira De Souza, estudante do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – campus Cajazeiras e o Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), à participar da pesquisa Intitulada "SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: estudo de caso na comunidade rural do sítio Bartolomeu, Cajazeiras - PB".

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: Essa pesquisa se justifica no objetivo de identificar os benefícios e prejuízos trazidos aos moradores do sítio Bartolomeu em razão das obras do Rio São Francisco. Os procedimentos da pesquisa se desenvolverão por meio de depoimentos sobre as experiências vivenciadas desde o início das obras, a mudança na rotina dos moradores da localidade e o suporte oferecido pelo governo federal para reduzir os danos. Os participantes terão seus dados mantidos sob total sigilo visando evitar qualquer tipo de constrangimento. Nos casos em que o participante não se sentir confortável com a pesquisa poderá desistir em qualquer momento.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Essa pesquisa pode causar sensações desconfortáveis aos envolvidos tais como ansiedade ou alguma consequência psicológica em virtude de se utilizar de eventuais lembranças que podem ser desagradáveis, a depender do caso, mas justifica-se no reconhecimento da necessidade de analisar os impactos da transposição do Rio São Francisco.


Rubrica do Participante


Rubrica do Pesquisador Responsável

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA: Todos os aspectos dessa pesquisa estão sendo esclarecidos para o Sr.(a), estando a pesquisadora a sua disposição para sanar qualquer eventual dúvida. O Sr.(a) tem total liberdade para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A sua participação nesse projeto é totalmente voluntária sendo observado o que é previsto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e sua recusa em participar do projeto não acarretará qualquer penalidade de qualquer natureza. Informa-se ainda que uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade da pesquisadora responsável e outra será fornecida ao (a) Sr. (a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: O Sr.(a) não terá nenhum custo para participar dessa pesquisa, bem como não receberá retribuição financeira de nenhuma espécie. Esse estudo não prevê nenhum dano de cunho financeiro ao participante, por esse motivo, caso ocorram, não poderão ser ressarcidos. Em caso de apresentação de dano psicológico o participante poderá solicitar acompanhamento psicológico na rede pública de saúde.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE: Eu, João Langino de Araújo, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora Lucimar Ferreira de Souza Ele compromete-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a estudante mencionada através do telefone (83) 9161 - 2078.

João F. de Araújo Nome João F. de Araújo Assinatura do Participante da Pesquisa 04/03/2018 Data

Lucimar F. de Souza Nome Lucimar Ferreira de Souza Assinatura do Pesquisador responsável 04/03/2018 Data



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Bom dia (boa tarde ou noite), sou Lucimar Ferreira De Souza, estudante do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – campus Cajazeiras e o Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), à participar da pesquisa Intitulada "SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: estudo de caso na comunidade rural do sítio Bartolomeu, Cajazeiras - PB".

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: Essa pesquisa se justifica no objetivo de identificar os benefícios e prejuízos trazidos aos moradores do sítio Bartolomeu em razão das obras do Rio São Francisco. Os procedimentos da pesquisa se desenvolverão por meio de depoimentos sobre as experiências vivenciadas desde o início das obras, a mudança na rotina dos moradores da localidade e o suporte oferecido pelo governo federal para reduzir os danos. Os participantes terão seus dados mantidos sob total sigilo visando evitar qualquer tipo de constrangimento. Nos casos em que o participante não se sentir confortável com a pesquisa poderá desistir em qualquer momento.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Essa pesquisa pode causar sensações desconfortáveis aos envolvidos tais como ansiedade ou alguma consequência psicológica em virtude de se utilizar de eventuais lembranças que podem ser desagradáveis, a depender do caso, mas justifica-se no reconhecimento da necessidade de analisar os impactos da transposição do Rio São Francisco.

Rubrica do Participante

Rubrica do Pesquisador Responsável

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA: Todos os aspectos dessa pesquisa estão sendo esclarecidos para o Sr.(a), estando a pesquisadora a sua disposição para sanar qualquer eventual dúvida. O Sr.(a) tem total liberdade para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A sua participação nesse projeto é totalmente voluntária sendo observado o que é previsto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e sua recusa em participar do projeto não acarretará qualquer penalidade de qualquer natureza. Informa-se ainda que uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade da pesquisadora responsável e outra será fornecida ao (a) Sr. (a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: O Sr.(a) não terá nenhum custo para participar dessa pesquisa, bem como não receberá retribuição financeira de nenhuma espécie. Esse estudo não prevê nenhum dano de cunho financeiro ao participante, por esse motivo, caso ocorram, não poderão ser ressarcidos. Em caso de apresentação de dano psicológico o participante poderá solicitar acompanhamento psicológico na rede pública de saúde.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE: Eu, Enocilma Anais Fernandes, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora Lucimar Ferreira de Souza Ele compromete-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a estudante mencionada através do telefone (83) 9161 - 2078.

<u>Enocilma Anais F.</u>	<u>Enocilma Anais Fernandes</u>	<u>04/03/2018</u>
Nome	Assinatura do Participante da Pesquisa	Data

<u>Lucimar F. de Souza</u>	<u>Lucimar Ferreira de Souza</u>	<u>04/03/2018</u>
Nome	Assinatura do Pesquisador responsável	Data



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Bom dia (boa tarde ou noite), sou Lucimar Ferreira De Souza, estudante do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – campus Cajazeiras e o Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), à participar da pesquisa Intitulada “SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: estudo de caso na comunidade rural do sítio Bartolomeu, Cajazeiras - PB”.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: Essa pesquisa se justifica no objetivo de identificar os benefícios e prejuízos trazidos aos moradores do sítio Bartolomeu em razão das obras do Rio São Francisco. Os procedimentos da pesquisa se desenvolverão por meio de depoimentos sobre as experiências vivenciadas desde o início das obras, a mudança na rotina dos moradores da localidade e o suporte oferecido pelo governo federal para reduzir os danos. Os participantes terão seus dados mantidos sob total sigilo visando evitar qualquer tipo de constrangimento. Nos casos em que o participante não se sentir confortável com a pesquisa poderá desistir em qualquer momento.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Essa pesquisa pode causar sensações desconfortáveis aos envolvidos tais como ansiedade ou alguma consequência psicológica em virtude de se utilizar de eventuais lembranças que podem ser desagradáveis, a depender do caso, mas justifica-se no reconhecimento da necessidade de analisar os impactos da transposição do Rio São Francisco.

Rubrica do Participante *Maria*

Lucimar
Rubrica do Pesquisador Responsável

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA: Todos os aspectos dessa pesquisa estão sendo esclarecidos para o Sr.(a), estando a pesquisadora a sua disposição para sanar qualquer eventual dúvida. O Sr.(a) tem total liberdade para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A sua participação nesse projeto é totalmente voluntária sendo observado o que é previsto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e sua recusa em participar do projeto não acarretará qualquer penalidade de qualquer natureza. Informa-se ainda que uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade da pesquisadora responsável e outra será fornecida ao (a) Sr. (a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: O Sr.(a) não terá nenhum custo para participar dessa pesquisa, bem como não receberá retribuição financeira de nenhuma espécie. Esse estudo não prevê nenhum dano de cunho financeiro ao participante, por esse motivo, caso ocorram, não poderão ser ressarcidos. Em caso de apresentação de dano psicológico o participante poderá solicitar acompanhamento psicológico na rede pública de saúde.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE: Eu, Maria da Silva Lima, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora Lucimar Ferreira de Souza Ele compromete-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a estudante mencionada através do telefone (83) 9161 - 2078.

Maria da S. Lima Maria da Silva Lima 03/03/2018
Nome Assinatura do Participante da Pesquisa Data

Lucimar F de Souza Lucimar Ferreira de Souza 03/03/2018
Nome Assinatura do Pesquisador responsável Data



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Bom dia (boa tarde ou noite), sou Lucimar Ferreira De Souza, estudante do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – campus Cajazeiras e o Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), à participar da pesquisa Intitulada "SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: estudo de caso na comunidade rural do sítio Bartolomeu, Cajazeiras - PB".

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: Essa pesquisa se justifica no objetivo de identificar os benefícios e prejuízos trazidos aos moradores do sítio Bartolomeu em razão das obras do Rio São Francisco. Os procedimentos da pesquisa se desenvolverão por meio de depoimentos sobre as experiências vivenciadas desde o início das obras, a mudança na rotina dos moradores da localidade e o suporte oferecido pelo governo federal para reduzir os danos. Os participantes terão seus dados mantidos sob total sigilo visando evitar qualquer tipo de constrangimento. Nos casos em que o participante não se sentir confortável com a pesquisa poderá desistir em qualquer momento.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Essa pesquisa pode causar sensações desconfortáveis aos envolvidos tais como ansiedade ou alguma consequência psicológica em virtude de se utilizar de eventuais lembranças que podem ser desagradáveis, a depender do caso, mas justifica-se no reconhecimento da necessidade de analisar os impactos da transposição do Rio São Francisco.


Rubrica do Participante


Rubrica do Pesquisador Responsável

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA: Todos os aspectos dessa pesquisa estão sendo esclarecidos para o Sr.(a), estando a pesquisadora a sua disposição para sanar qualquer eventual dúvida. O Sr.(a) tem total liberdade para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A sua participação nesse projeto é totalmente voluntária sendo observado o que é previsto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e sua recusa em participar do projeto não acarretará qualquer penalidade de qualquer natureza. Informa-se ainda que uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade da pesquisadora responsável e outra será fornecida ao (a) Sr. (a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: O Sr.(a) não terá nenhum custo para participar dessa pesquisa, bem como não receberá retribuição financeira de nenhuma espécie. Esse estudo não prevê nenhum dano de cunho financeiro ao participante, por esse motivo, caso ocorram, não poderão ser ressarcidos. Em caso de apresentação de dano psicológico o participante poderá solicitar acompanhamento psicológico na rede pública de saúde.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE: Eu, Rigoberto Soares de Farias, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora Lucimar Ferreira de Souza Ele compromete-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a estudante mencionada através do telefone (83) 9161 - 2078.

Rigoberto Soares de Farias
PRESIDENTE

<u>Rigoberto S. de Farias</u>	<u>Rigoberto Soares de Farias</u>	<u>02/03/2018</u>
Nome	Assinatura do Participante da Pesquisa	Data

<u>Lucimar F. de Souza</u>	<u>Lucimar Ferreira de Souza</u>	<u>02/03/2018</u>
Nome	Assinatura do Pesquisador responsável	Data